

Resultado do **Tesouro Nacional**

Vol. 24, N. 1
Janeiro/2018

Brasília, fevereiro de 2018

MINISTRO DA FAZENDA
Henrique de Campos Meirelles

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Eduardo Refinetti Guardia

SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL
Ana Paula Vitali Janes Vescovi

SECRETÁRIO ADJUNTO DO TESOURO NACIONAL
Otávio Ladeira de Medeiros

SUBSECRETÁRIOS
Adriano Pereira de Paula
Gildenora Batista Dantas Milhomem
José Franco Medeiros de Moraes
Lísio Fábio de Brasil Camargo
Pedro Jucá Maciel
Pricilla Maria Santana

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Felipe Palmeira Bardella

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Alex Pereira Benício

EQUIPE
Fábio Felipe Dáquilla Prates
Fernando Cardoso Ferraz
Karla de Lima Rocha
Vitor Henrique Barbosa Fabel

O **Resultado do Tesouro Nacional** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:
Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 24, n. 01 (Janeiro 2018). – Brasília : STN, 1995__.

Mensal.
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central.....	5
Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior.....	6
Receitas do Governo Central.....	7
Transferências do Tesouro Nacional.....	9
Despesas do Governo Central.....	10
Previdência Social.....	13
Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	14
Receitas do Governo Central.....	15
Transferências do Tesouro Nacional.....	16
Despesas do Governo Central.....	17
Previdência Social.....	18
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	19
Receitas do Governo Central.....	20
Transferências do Tesouro Nacional.....	21
Despesas do Governo Central.....	22
Previdência Social.....	23

Lista de Tabelas*

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	5
Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	6
Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	7
Tabela 2.3 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	8
Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	9
Tabela 2.5 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo- Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	10
Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	10
Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	11

* a preços constantes exceto Tabela 1.1

Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	12
Tabela 3.3 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	13
Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	14
Tabela 3.5 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo- Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	15
Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	15

Boxes desta Edição

Boxe 1 – Revisão da Série de Resultado Primário 2010-2015 – Incorporação do Impacto Primário do FIES.....	16
Boxe 2 – Resultado do Tesouro Nacional – Cenário Ajustado Passivos Acórdão TCU 825/2015.....	19
Boxe 3 – Nova Metodologia de Apuração do Demonstrativo dos Resultado Primário e Nominal do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (REEO – Anexo 6): harmonizando a apuração entre União, Estados e Municípios.....	30

Resultado Fiscal do Governo Central

Análise do Resultado Primário do Governo Central A Preços Correntes

R\$ Milhões - Preços Correntes

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018										
Discriminação	R\$ Milhões		Variação			R\$ Milhões		Variação		
	Jan 2017	Jan 2018	Dife- rença	% Nomi- nal	% Real (IPCA)	Dez 17	Jan 18	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	137.374,8	156.371,5	18.996,8	13,8%	10,7%	151.626,3	156.371,5	4.745,2	3,1%	2,8%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPART. DE RECEITA	18.582,6	19.945,7	1.363,1	7,3%	4,4%	24.808,4	19.945,7	-4.862,7	-19,6%	-19,8%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	118.792,2	136.425,9	17.633,7	14,8%	11,7%	126.817,9	136.425,9	9.608,0	7,6%	7,3%
IV. DESPESA TOTAL	100.787,5	105.356,8	4.569,4	4,5%	1,6%	147.846,9	105.356,8	-42.490,1	-28,7%	-28,9%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	18.004,7	31.069,0	13.064,3	72,6%	67,8%	-21.029,0	31.069,0	52.098,1	-	-
Tesouro Nacional e Banco Central	31.376,8	45.522,9	14.146,1	45,1%	41,1%	-11.345,5	45.522,9	56.868,4	-	-
Previdência Social (RGPS)	-13.372,1	-14.453,9	-1.081,8	8,1%	5,1%	-9.683,6	-14.453,9	-4.770,3	49,3%	48,8%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	3,4%	5,7%	-	-	-	-	-	-	-	-
Memorando:										
Resultado do Tesouro Nacional	31.515,1	45.696,1	14.181,0	45,0%	41,0%	-11.305,6	45.696,1	57.001,7	-	-
Resultado do Banco Central	-138,3	-173,2	-34,9	25,2%	21,8%	-39,9	-173,2	-133,3	334,3%	333,0%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-13.372,1	-14.453,9	-1.081,8	8,1%	5,1%	-9.683,6	-14.453,9	-4.770,3	49,3%	48,8%

Fonte: Tesouro Nacional

Em janeiro de 2018, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi superavitário em R\$ 31,1 bilhões, contra superávit de R\$ 18,0 bilhões em janeiro de 2017. Em termos reais, a receita líquida apresentou elevação de 11,7% enquanto a despesa total apresentou elevação de 1,6%. A elevação da receita líquida foi determinada, principalmente, ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT (Lei 13.496/17) que se deu na modalidade à vista. A elevação da despesa, por sua vez, deveu-se à continuidade do processo de crescimento real das despesas com Benefícios Previdenciários e ao aumento nas Despesas Discricionárias - Poder Executivo cuja execução em janeiro de 2017 foi relativamente baixa.

Em relação ao mês de janeiro de 2018, também a preços correntes, o resultado do Governo Central passou de déficit de R\$ 21,1 bilhões em dezembro de 2017 para superávit de R\$ 31,1 bilhões em janeiro de 2018, explicado principalmente por fatores sazonais de ambos os períodos. Em termos reais a receita líquida apresentou elevação de 7,3% enquanto a despesa reduziu-se 28,9%. Além dos fatores sazonais, a variação da receita explica-se, principalmente pela Programa Especial de Regularização Tributária - PERT (Lei 13.496/17) que se deu na modalidade à vista com impacto em janeiro de 2018. A redução real da despesa foi condicionada, em grande medida, pela própria sazonalidade das despesas com Benefícios Previdenciários, Pessoal e Encargos Sociais e Discricionárias.

Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

A Preços Constantes de Janeiro de 2018 (IPCA)

R\$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2018 (IPCA)

Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018				
Discriminação	Janeiro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	141.297,0	156.371,5	15.074,6	10,7%
I.1 Receita Administrada pela RFB	99.497,6	109.849,0	10.351,4	10,4%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	27.665,4	28.912,3	1.246,9	4,5%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	14.134,0	17.610,2	3.476,2	24,6%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	19.113,1	19.945,7	832,5	4,4%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	122.183,8	136.425,9	14.242,0	11,7%
IV. DESPESA TOTAL	103.665,1	105.356,8	1.691,8	1,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	41.419,3	43.366,2	1.946,9	4,7%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	24.905,1	25.614,9	709,7	2,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	24.878,9	21.143,7	-3.735,1	-15,0%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	12.461,8	15.232,0	2.770,3	22,2%
V FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	0,0	0,0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	18.518,8	31.069,0	12.550,3	67,8%
Tesouro Nacional e Banco Central	32.272,7	45.522,9	13.250,3	41,1%
Previdência Social (RGPS)	-13.753,9	-14.453,9	-700,0	5,1%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	32.411,0	45.696,1	13.285,2	41,0%
Resultado do Banco Central	-138,3	-173,2	-34,9	25,2%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-13.753,9	-14.453,9	-700,0	5,1%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A preços de Janeiro de 2018, o resultado primário do Governo Central passou de um superávit de R\$ 18,5 bilhões em Janeiro de 2017 para um superávit de R\$ 31,1 bilhões no mesmo mês de 2018, o que representou aumento de R\$ 12,6 bilhões (67,8%). Essa variação decorreu do aumento da receita líquida em R\$ 14,2 bilhões (11,7%) deduzida da elevação de R\$ 1,7 bilhão (1,6%) da despesa total.

Sobre o aumento da receita, destaque para a arrecadação de R\$ 7,8 bilhões provenientes do recolhimento do Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído por meio da Lei 13.496/17 e para o aumento de R\$ 4,1 bilhões (21,0%) na COFINS decorrente em parte da alteração de alíquotas e da recuperação da atividade econômica com reflexo em diversos tributos. Com relação ao aumento da despesa, destaque para o aumento de 2,7 bilhões (24,4%) nas despesas discricionárias do Poder Executivo.

Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2018 (IPCA)

Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/ 2018				
Discriminação	Janeiro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	141.297,0	156.371,5	15.074,6	10,7%
I.1 Receita Administrada pela RFB	99.497,6	109.849,0	10.351,4	10,4%
Imposto de Importação	2.669,3	3.242,6	573,4	21,5%
IPI	3.845,1	5.269,4	1.424,3	37,0%
Imposto de Renda	48.061,5	50.018,3	1.956,8	4,1%
IOF	2.961,9	2.968,8	6,9	0,2%
COFINS	19.392,2	23.457,8	4.065,6	21,0%
PIS/PASEP	5.392,0	6.440,3	1.048,4	19,4%
CSLL	14.885,7	15.170,1	284,4	1,9%
CPMF	-	-	0,0	-
CIDE Combustíveis	513,8	458,4	-55,4	-10,8%
Outras	1.776,2	2.823,3	1.047,1	59,0%
I.2 Incentivos Fiscais	-	-	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	27.665,4	28.912,3	1.246,9	4,5%
Urbana	27.063,5	28.168,3	1.104,8	4,1%
Rural	601,9	744,0	142,1	23,6%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	14.134,0	17.610,2	3.476,2	24,6%
Concessões e Permissões	362,0	423,6	61,6	17,0%
Dividendos e Participações	62,0	3,6	-58,4	-94,1%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.054,4	1.025,7	-28,8	-2,7%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	5.644,8	7.650,3	2.005,5	35,5%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	986,0	1.078,9	92,9	9,4%
Contribuição do Salário Educação	2.805,3	2.829,8	24,5	0,9%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	462,9	462,9	-
Operações com Ativos	101,3	103,9	2,5	2,5%
Demais Receitas	3.118,1	4.031,6	913,5	29,3%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A receita total do Governo Central apresentou aumento real de R\$ 15,1 bilhões (10,7%), passando de R\$ 141,3 bilhões em Janeiro de 2016 para R\$ 156,4 bilhões em Janeiro de 2017. Esse comportamento deveu-se ao aumento de R\$ 10,4 bilhões (10,4%) na receita administrada pela RFB juntamente com o acréscimo de R\$ 1,2 bilhão (4,5%) na arrecadação líquida para o RGPS e com o aumento de R\$ 3,5 bilhões (24,6%) nas receitas não administradas pela RFB. Os principais fatores de variação da receita administrada pela RFB foram:

- arrecadação de R\$ 7,8 bilhões provenientes do recolhimento do Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído por meio da Lei 13.496/17, cujo efeito está distribuído em diferentes rubricas de arrecadação, principalmente no Imposto de Renda, IPI, COFINS e CSLL.

- aumento de R\$ 4,1 bilhões (21,0%) na COFINS decorrente em parte do aumento das alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis, à partir de julho de 2017 e em parte da própria parcela do PERT, que distribuiu uma parte da receita à COFINS.

As receitas não administradas pela RFB cresceram R\$ 3,5 bilhões (24,6%) quando comparadas a Janeiro de 2016. Essa elevação é explicada, principalmente, pela elevação de R\$ 2,0 bilhões em Cota-Parte de Compensações Financeiras devido principalmente ao aumento na produção e no preço internacional do petróleo, associada ao aumento de R\$ 913,5 milhões em demais receitas não administradas pela RFB.

Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2018 (IPCA)

Tabela 2.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018				
Discriminação	Janeiro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	19.113,1	19.945,7	832,5	4,4%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	15.688,1	16.290,0	601,9	3,8%
II.2 Fundos Constitucionais	652,9	647,9	-5,0	-0,8%
Repasse Total	1.044,7	1.077,3	32,6	3,1%
Superávit dos Fundos	391,8	429,4	37,6	9,6%
II.3 Contribuição do Salário Educação	960,7	981,4	20,7	2,2%
II.4 Compensações Financeiras	1.183,6	1.421,6	238,0	20,1%
II.5 CIDE - Combustíveis	445,9	424,7	-21,2	-4,7%
II.6 Demais	182,0	180,2	-1,8	-1,0%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração

As transferências por repartição de receita apresentaram elevação de R\$ 832,5 milhões (4,4%), passando de R\$ 19,1 bilhões em Janeiro de 2016 para R\$ 19,9 bilhões no mesmo mês de 2017. Esse resultado decorre principalmente do aumento de R\$ 601,9 milhões (3,8%) no conjunto FPM/FPE/IPI-EE e de R\$ 238,0 milhões nas transferências de compensações financeiras.

Despesas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2018 (IPCA)

Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017 / 2018

Discriminação	Janeiro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	103.665,1	105.356,8	1.691,8	1,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	41.419,3	43.366,2	1.946,9	4,7%
Benefícios Previdenciários - Urbano	32.281,5	34.135,4	1.853,9	5,7%
Benefícios Previdenciários - Rural	9.137,9	9.230,8	93,0	1,0%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	24.905,1	25.614,9	709,7	2,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	24.878,9	21.143,7	-3.735,1	-15,0%
Abono e Seguro Desemprego	5.855,9	5.517,8	-338,1	-5,8%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.408,9	4.522,5	113,6	2,6%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	462,9	462,9	-
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	95,7	12,9	-82,8	-86,5%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.099,9	890,1	-209,8	-19,1%
FUNDEB (Complem. União)	2.689,6	2.915,9	226,3	8,4%
Fundo Constitucional DF	97,3	105,3	8,0	8,2%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	105,2	84,7	-20,5	-19,5%
Subsídios, Subvenções e Proagro	9.237,5	6.044,8	-3.192,6	-34,6%
FIES	1.003,7	279,7	-724,0	-72,1%
Demais ¹	285,2	306,9	21,8	7,6%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	12.461,8	15.232,0	2.770,3	22,2%
Discricionárias Executivo	11.914,3	14.509,7	2.595,4	21,8%
PAC	806,9	688,0	-118,9	-14,7%
d/q MCMV	80,1	79,1	-1,0	-1,3%
Emissões de TDA	0,0	0,0	0,0	-
Demais	11.107,5	13.821,7	2.714,3	24,4%
Discricionárias LEJU/MPU	547,4	722,3	174,9	32,0%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital ²	17.819,4	20.252,9	2.433,6	13,7%
Outras Despesas de Custeio	16.586,5	18.763,8	2.177,2	13,1%
Outras Despesas de Capital	1.232,8	1.489,2	256,3	20,8%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.

2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Em Janeiro de 2017, houve elevação de R\$ 1,7 bilhão (1,6%) na despesa total do Governo Central em relação ao mesmo mês do ano anterior, passando de R\$ 103,7 bilhões para R\$ 105,4 bilhões. Essa variação se deve, principalmente aos aumentos de R\$ 2,7 bilhões nas outras despesas discricionárias do Poder Executivo e de R\$ 1,9 bilhão nos Benefícios Previdenciários, parcialmente compensados pela redução de R\$ 3,2 bilhões nos subsídios, subvenções e proagro.

As outras despesas obrigatórias diminuíram 3,7 bilhões (15,0%) principalmente devido às despesas com Subsídios, Subvenções e Proagro (R\$ 3,2 bilhões, 34,6%), enquanto as Despesas Discricionárias - todos os poderes apresentaram aumento de R\$ 2,8 bilhões (22,2%) concentrado principalmente nas demais despesas discricionárias do Poder Executivo (R\$ 2,7 bilhões, 24,4%)

R\$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2018 (IPCA)

Tabela 2.5 - Demais Despesas Discricionárias - Poder Executivo - Brasil - 2016/2017				
Discriminação	Janeiro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
TOTAL	11.107,5	13.821,7	2.714,3	24,4%
Ministério da Saúde	4.628,6	7.165,2	2.536,5	54,8%
Ministério da Educação	1.770,3	1.264,2	-506,1	-28,6%
Ministério do Desenvolvimento Social	2.687,8	2.522,5	-165,3	-6,1%
Ministério da Defesa	582,1	720,1	138,0	23,7%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	156,4	119,0	-37,4	-23,9%
Demais órgãos do Executivo	1.282,2	2.030,7	748,5	58,4%

Previdência Social

O resultado primário da Previdência Social passou de um déficit de R\$ 13,8 bilhões em Janeiro de 2016 para déficit de R\$ 14,5 bilhões em Janeiro de 2017, representando um aumento de R\$ 700 milhões. Houve elevação de 566,8 mil (1,9%) no número de benefícios emitidos.

A Arrecadação Líquida do RGPS elevou-se em R\$ 1,2 bilhão (4,5%), principalmente devido ao crescimento 1,1 bilhão (3,8%) na Contribuição Previdenciária associado ao crescimento nominal de 5,73% da massa salarial habitual de dezembro de 2017 em relação a dezembro de 2016

R\$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2018 (IPCA)

Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018				
Discriminação	Janeiro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADÇÃO LÍQUIDA	27.665,4	28.912,3	1.246,9	4,5%
Arrecadação Bruta	33.159,6	34.436,8	1.277,2	3,9%
Contribuição Previdenciária	28.348,8	29.427,5	1.078,7	3,8%
Simples/Nacional/PAES	3.579,9	3.960,2	380,3	10,6%
Refis	11,3	150,2	138,9	-
Depósitos Judiciais	119,8	8,9	-110,9	-92,6%
Compensação RGPS	1.099,9	890,1	-209,8	-19,1%
(-) Restituição/Devolução	-27,0	-34,9	-7,9	29,3%
(-) Transferências a Terceiros	-5.467,2	-5.489,6	-22,4	0,4%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	41.419,3	43.366,2	1.946,9	4,7%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-13.753,9	-14.453,9	-700,0	5,1%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A Preços Constantes de Janeiro de 2018 (IPCA)

R\$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2018 (IPCA)

Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018				
Discriminação	2017/2018		Variação	
	Dez	Jan	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	152.066,1	156.371,5	4.305,4	2,8%
I.1 Receita Administrada pela RFB	77.263,3	109.849,0	32.585,7	42,2%
I.2 Incentivos Fiscais	-1.359,9	0,0	1.359,9	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	49.310,0	28.912,3	-20.397,6	-41,4%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	26.852,8	17.610,2	-9.242,6	-34,4%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	24.880,4	19.945,7	-4.934,7	-19,8%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	127.185,7	136.425,9	9.240,1	7,3%
IV. DESPESA TOTAL	148.275,8	105.356,8	-42.918,9	-28,9%
IV.1 Benefícios Previdenciários	59.021,6	43.366,2	-15.655,4	-26,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	30.050,2	25.614,9	-4.435,3	-14,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	16.918,9	21.143,7	4.224,8	25,0%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	42.285,1	15.232,0	-27.053,1	-64,0%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL (FSB) ²	0,0	0,0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-21.090,0	31.069,0	52.159,1	-
Tesouro Nacional e Banco Central	-11.378,4	45.522,9	56.901,3	-
Previdência Social (RGPS)	-9.711,7	-14.453,9	-4.742,2	48,8%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	-11.338,4	45.696,1	57.034,5	-
Resultado do Banco Central	-40,0	-173,2	-133,2	333,0%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-9.711,7	-14.453,9	-4.742,2	48,8%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em janeiro de 2018, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 31,1 bilhões, contra déficit de R\$ 21,1 bilhões em dezembro de 2018 a preços constantes de janeiro. Houve aumento da receita líquida em R\$ 9,2 bilhões (7,3%) e redução da despesa total em R\$ 42,9 bilhões (28,9%). Esse resultado foi influenciado principalmente por fatores sazonais de ambos os meses.

Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2018 (IPCA)

Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018				
Discriminação	2017/2018		Variação	
	Dez	Jan	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	152.066,1	156.371,5	4.305,4	2,8%
I.1 Receita Administrada pela RFB	77.263,3	109.849,0	32.585,7	42,2%
Imposto de Importação	2.630,4	3.242,6	612,2	23,3%
IPI	4.948,3	5.269,4	321,1	6,5%
Imposto de Renda	33.443,8	50.018,3	16.574,5	49,6%
IOF	3.312,1	2.968,8	-343,3	-10,4%
COFINS	20.172,6	23.457,8	3.285,2	16,3%
PIS/PASEP	5.265,6	6.440,3	1.174,7	22,3%
CSLL	4.829,4	15.170,1	10.340,8	214,1%
CPMF	-	-	0,0	-
CIDE Combustíveis	466,7	458,4	-8,4	-1,8%
Outras	2.194,4	2.823,3	628,9	28,7%
I.2 Incentivos Fiscais	-1.359,9	0,0	1.359,9	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	49.310,0	28.912,3	-20.397,6	-41,4%
Urbana	48.319,2	28.168,3	-20.150,9	-41,7%
Rural	990,7	744,0	-246,7	-24,9%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	26.852,8	17.610,2	-9.242,6	-34,4%
Concessões e Permissões	14.540,5	423,6	-14.116,9	-97,1%
Dividendos e Participações	339,6	3,6	-336,0	-98,9%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.240,5	1.025,7	-214,9	-17,3%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.934,5	7.650,3	5.715,8	295,5%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.158,9	1.078,9	-80,0	-6,9%
Contribuição do Salário Educação	1.639,7	2.829,8	1.190,1	72,6%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	399,6	462,9	63,3	15,8%
Operações com Ativos	116,7	103,9	-12,9	-11,0%
Demais Receitas	5.482,7	4.031,6	-1.451,1	-26,5%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em valores atualizados de janeiro de 2018, a receita total do Governo Central apresentou aumento de R\$ 4,3 bilhões (2,8%) em relação ao mês anterior, passando de R\$ 152,1 bilhões em dezembro de 2018 para R\$ 156,4 bilhões em janeiro de 2018. Esta variação resulta do efeito conjulgado dos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 5,6 bilhões (6,0%) nas receitas administradas pela RFB: influenciado principalmente pelos seguintes fatores: (i) pagamento em janeiro da 1ª ou única cota do IRPJ e da CSLL relativo ao resultado do último trimestre de 2017 e da antecipação de recolhimento do item Declaração de Ajuste de IRPJ e CSLL em janeiro de 2018; (ii) arrecadação em janeiro de R\$ 7,8 bilhões no âmbito do PERT; e (iii) da apuração semestral do IRRF-Rendimentos do Capital sobre aplicações financeiras em fundos de renda fixa com recolhimento nos meses de junho e dezembro (Lei 10.892/04).

- redução de R\$ 9,2 bilhões (34,4%) nas Receitas não administradas pela RFB pelo efeito conjugado dos seguintes fatores: (i) receita de Concessões e Permissões em dezembro no valor de R\$ 14,5 bilhões devida ao recebimento de R\$ 10,0 bilhões de Bônus de Assinatura (Partilha/Unitização) de petróleo e de R\$ 4,5 bilhões de bônus fixos de outorgas de arrendamentos aeroportuários; (ii) decréscimo de R\$ 1,5 bilhão (26,5%) em demais receitas referentes principalmente à devolução de precatórios não sacados no valor de R\$ 2,9 bilhões em dezembro; e (iii) elevação de R\$ 5,7 bilhões em cota-parte de compensações financeiras devido ao recolhimento trimestral da Participação Especial pela exploração de petróleo e gás natural.

Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2018 (IPCA)

Tabela 3.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2016/2018				
Discriminação	2017/2018		Variação	
	Dez	Jan	Diferença	% Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	24.880,4	19.945,7	-4.934,7	-19,8%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	21.782,3	16.290,0	-5.492,4	-25,2%
II.2 Fundos Constitucionais	631,7	647,9	16,1	2,6%
Repasse Total	1.182,0	1.077,3	-104,7	-8,9%
Superávit dos Fundos	-550,2	-429,4	120,8	-22,0%
II.3 Contribuição do Salário Educação	967,6	981,4	13,8	1,4%
II.4 Compensações Financeiras	1.372,4	1.421,6	49,2	3,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	424,7	424,7	-
II.6 Demais	126,3	180,2	53,9	42,7%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração

Em janeiro de 2018, as transferências por repartição de receita apresentaram redução de R\$ 4,9 bilhões (19,8%), totalizando R\$ 19,9 bilhões, contra R\$ 24,9 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorreu principalmente da diminuição de R\$ 5,5 bilhões (25,2%) no conjunto FPM/FPE/IPI-EE.

Despesas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2018 (IPCA)

Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018				
Discriminação	2017/2018		Variação	
	Dez	Jan	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	148.275,8	105.356,8	-42.918,9	-28,9%
IV.1 Benefícios Previdenciários	59.021,6	43.366,2	-15.655,4	-26,5%
Benefícios Previdenciários - Urbano	47.756,3	34.135,4	-13.620,9	-28,5%
Benefícios Previdenciários - Rural	11.265,4	9.230,8	-2.034,5	-18,1%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	30.050,2	25.614,9	-4.435,3	-14,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	16.918,9	21.143,7	4.224,8	25,0%
Abono e Seguro Desemprego	4.198,5	5.517,8	1.319,3	31,4%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.514,9	4.522,5	7,6	0,2%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	399,6	462,9	63,3	15,8%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	112,4	12,9	-99,4	-88,5%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	895,0	890,1	-4,9	-0,5%
FUNDEB (Complem. União)	1.784,8	2.915,9	1.131,2	63,4%
Fundo Constitucional DF	138,4	105,3	-33,1	-23,9%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	173,9	84,7	-89,2	-51,3%
Subsídios, Subvenções e Proagro	297,2	6.044,8	5.747,6	-
FIES ¹	2.004,2	279,7	-1.724,5	-86,0%
Demais ¹	2.399,9	306,9	-2.093,0	-87,2%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	42.285,1	15.232,0	-27.053,1	-64,0%
Discricionárias Executivo	40.139,5	14.509,7	-25.629,8	-63,9%
PAC	9.826,4	688,0	-9.138,5	-93,0%
d/q MCMV	1.257,0	688,0	-569,0	-45,3%
Emissões de TDA	36,8	2.869,8	2.833,0	-
Demais	30.276,2	79,1	-30.197,1	-99,7%
Discricionárias LEJU/MPU	2.145,6	722,3	-1.423,3	-66,3%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital ²	50.125,6	20.252,9	-29.872,7	-59,6%
Outras Despesas de Custeio	35.986,1	18.763,8	-17.222,3	-47,9%
Outras Despesas de Capital	14.139,5	1.489,2	-12.650,4	-89,5%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.

2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Em janeiro de 2018, a despesa total do Governo Central registrou o valor de R\$ 105,4 bilhões, representando redução de R\$ 42,9 bilhões (28,9%), em relação a dezembro de 2017. Essa variação é explicada principalmente pelas diminuições de: (i) R\$ 27,1 bilhões (64,0%) nas despesas discricionárias; (ii) R\$ 15,7 bilhões (26,5%) em benefícios previdenciários devido ao pagamento e dezembro do décimo terceiro salário; (iii) R\$ 4,4 bilhões em pessoal e encargos, devido também ao pagamento de décimo terceiro; e (iv) R\$ 1,1 bilhão na complementação da união ao FUNDEB devido ao acúmulo dos pagamento de novembro e dezembro no calendário de dezembro. No sentido oposto, destaque-se o crescimento de R\$ 5,7 bilhões em Subsídios, Subvenções e Proagro, devido à sistemática de pagamentos semestrais estabelecida em conformidade com os Acórdãos no 825/2015 e no 3.297/2015 (vide Boxe 1 do RTN de dezembro de 2015)

R\$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2018 (IPCA)

Tabela 3.5 - Demais Despesas Discricionárias - Poder Executivo - Brasil - 2018				
Discriminação	2017/2018		Variação	
	Dez	Jan	Diferença	% Real (IPCA)
TOTAL	30.276,2	13.821,7	-16.454,5	-54,3%
Ministério da Saúde	9.829,0	7.165,2	-2.663,9	-27,1%
Ministério da Educação	6.090,1	1.264,2	-4.825,9	-79,2%
Ministério do Desenvolvimento Social	4.830,6	28,1	-4.802,5	-99,4%
Ministério da Defesa	2.599,6	14,5	-2.585,2	-99,4%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	1.062,2	119,0	-943,2	-88,8%
Demais órgãos do Executivo	5.864,7	5.230,8	-633,9	-10,8%

Previdência Social

R\$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2018 (IPCA)

Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2018				
Discriminação	2017/2018		Variação	
	Dez	Jan	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADANÇA LÍQUIDA	49.310,0	28.912,3	-20.397,6	-41,4%
Arrecadação Bruta	52.573,3	34.436,8	-18.136,5	-34,5%
Contribuição Previdenciária	48.054,7	29.427,5	-18.627,2	-38,8%
Simples/Nacional/PAES	3.433,98	3.960,20	526,2	15,3%
Refis	180,38	150,17	-30,2	-16,7%
Depósitos Judiciais	9,18	8,86	-0,3	-3,6%
Compensação RGPS	895,02	890,10	-4,9	-0,5%
(-) Restituição/Devolução	-141,4	-34,9	106,5	-75,3%
(-) Transferências a Terceiros	-3.121,9	-5.489,6	-2.367,7	75,8%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	59.021,6	43.366,2	-15.655,4	-26,5%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-9.711,7	-14.453,9	-4.742,2	48,8%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

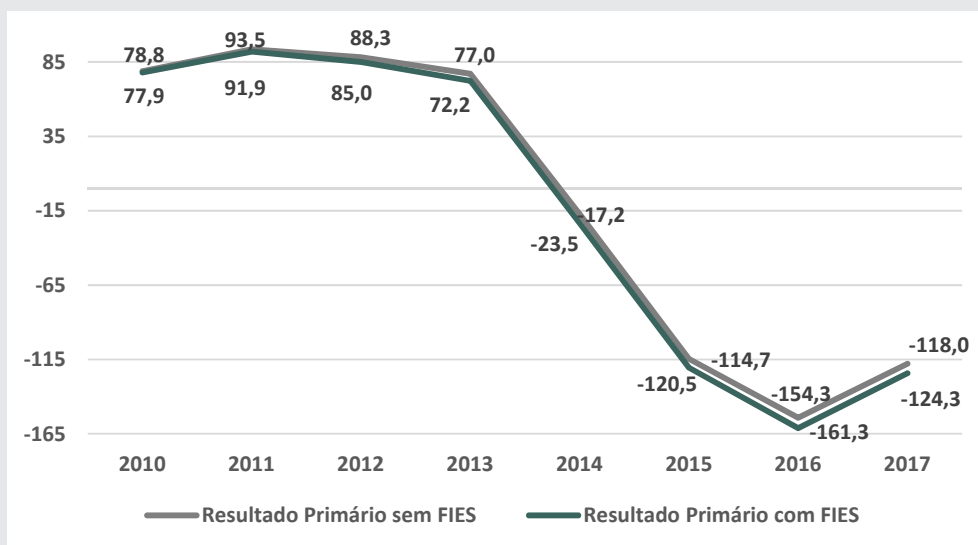
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em janeiro de 2018, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 14,5 bilhões, contra déficit de R\$ 9,7 bilhões no mês anterior. O aumento do déficit de R\$ 4,7 bilhões (48,8%) se deve ao efeito conjungado da redução de R\$ 15,7 bilhões nos benefícios previdenciários, devido ao pagamento em dezembro de décimo terceiro salário de benefícios, e pela redução de R\$ 20,4 bilhões (41,4%) na arrecadação líquida do RGPS, devido ao recolhimento em dezembro da contribuição ao RGPS incidente sobre o décimo terceiro salário dos trabalhadores da iniciativa privada.

Boxe 1 – Revisão da Série de Resultado Primário 2010-2015 – Incorporação do Impacto Primário do FIES

Nesta divulgação do Resultado do Tesouro Nacional referente a janeiro de 2018 o Tesouro Nacional republica a série de Resultado Primário do Governo Central referente ao período 2010-2015 para incorporar o Impacto Primário do FIES. Com isso, conclui-se o processo de aprimoramento metodológico do registro fiscal das concessões de financiamento do FIES, sob a luz da metodologia consagrada internacionalmente, iniciado no primeiro semestre de 2017. Desde julho de 2017 o Tesouro Nacional já vinha divulgando as estatísticas fiscais referentes a 2016 e 2017 com os impactos do FIES. A partir de agora toda a série de resultado primário passa a incorporar tais efeitos.

Gráfico 1 - Resultado Primário do Governo Central - R\$ Bilhões



I - Histórico:

Ao longo do ano de 2017, a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil intensificaram os trabalhos de investigação das potenciais causas da discrepância estatística observada entre o resultado primário apurado pela STN (acima-da-linha) e pelo BCB (abaixo-da-linha). Este trabalho foi motivado pelo comportamento atípico relativamente ao padrão histórico da parcela “não-explicada” da discrepância observada no ano 2016.

Como resultado, o Programa FIES foi identificado como principal causa da discrepância “não-explicada”. As concessões de financiamento do FIES não eram incorporadas na ótica acima-da-linha, mas afetavam a apuração abaixo-da-linha.

Uma vez identificada a principal origem da discrepância não-explicada, as áreas técnicas da STN e do BCB implementaram aprimoramento metodológico do registro fiscal das concessões de financiamento do FIES, sob a luz da metodologia consagrada internacionalmente. Na ótica acima-da-linha, o impacto primário do FIES passou a ser registrado pelo resultado líquido de desembolsos e reembolsos dos financiamentos (“Net Lending”).

A STN passou a incluir rubrica específica dentro do grupo de despesas obrigatórias para explicitar o impacto primário do FIES no Resultado do Tesouro Nacional e, consequentemente, na programação orçamentária e financeira. Inicialmente, a série histórica retroagiu até janeiro de 2016. Para o ano de 2016, esta rubrica apresentou o impacto primário deficitário de R\$ 7,0 bilhões. No acumulado até dezembro de 2017, o impacto foi déficit de R\$ 6,3 bilhões. Agora a série histórica de 2010 a 2015 foi calculada/concluída a partir dos dados de inadimplência vigentes em cada ano.

II - Aspectos Fiscais:

Para calcular o resultado primário do Governo Central, a STN e o BCB adotam a metodologia consagrada internacionalmente no Manual de Estatísticas Finanças Públicas publicado Fundo Monetário Internacional no ano de 1986 (MEFP 1986). Tal metodologia ampara

as práticas de compilação e divulgação de estatísticas fiscais conduzidas por estas duas instituições desde de meados da década de 1990.

Pela metodologia do MEFP 1986, o resultado primário do Governo Central pode ser calculado por duas óticas distintas conhecidas como “acima-da-linha” e “abaixo-da-linha”. Na ótica acima-da-linha, adotada pela STN, calcula-se o resultado primário ponderando-se todas as receitas e despesas primárias. Na ótica abaixo-da-linha, adotada pelo BCB, calcula-se o resultado primário pela evolução de saldos de ativos e passivos financeiros que compõem a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP).

A discrepância estatística é a diferença entre o resultado apurado pelas duas óticas acima e abaixo-da-linha e resulta, em grande medida, de eventos que têm tratamentos diferenciados nas duas óticas de apuração ou de diferenças de bases de dados e de critérios de registro das informações primárias utilizadas pelas duas instituições. Destaque-se que a STN e o BCB, órgãos produtores de estatísticas fiscais, mantêm permanentes esforços em suas equipes técnicas objetivando minimizar a discrepância estatística.

Na ótica acima-da-linha a STN segue majoritariamente a classificação orçamentária, materializada por meio do Indicador de Resultado Primário (RP), para classificação das despesas primárias a serem consideradas no cálculo do resultado primário². Como as LOAs têm classificado essas despesas do FIES (ações 00IG e 0579) como despesas financeiras (RP 0), ou seja, não primária, a STN não tem incorporado referidas despesas no resultado primário do Governo Central.

Por outro lado, na ótica abaixo-da-linha, o BCB monitora a evolução dos saldos de ativos e passivos financeiros para apurar o resultado primário. Como a execução do programa FIES ocorre por meio de emissão de títulos públicos – CFT-E (aumento de passivo) ou saída de recursos da Conta Única – CTU (redução de ativo), essa execução gera efeito deficitário na apuração do BCB. Esse efeito deficitário é esterilizado pelo BCB com a incorporação de ativo financeiro. No entanto, a execução do FIES tem superado o aumento dos ativos financeiros informado ao BCB pelos bancos operadores do programa (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), dessa forma, o efeito líquido da evolução de ativos e passivos tem afetado negativamente a apuração do resultado primário do Governo Central pela ótica abaixo-da-linha.

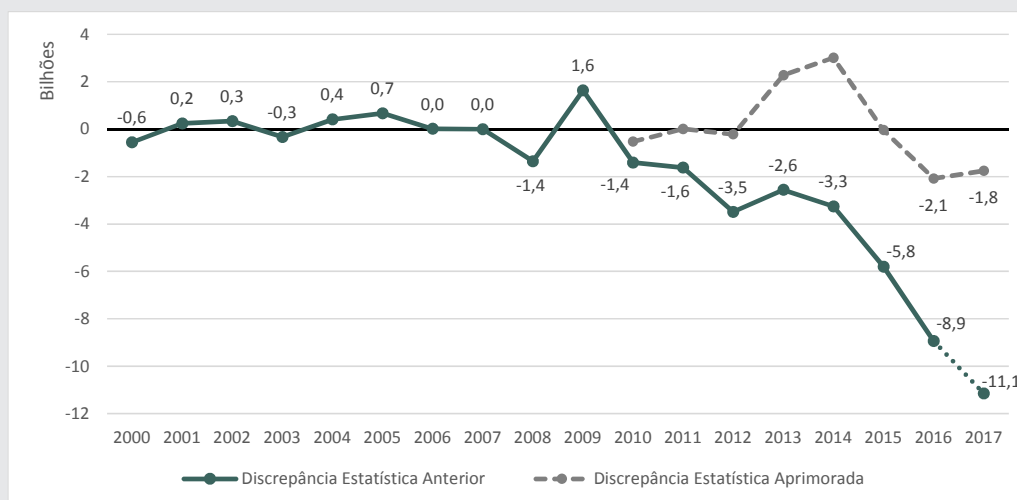
Como as despesas do FIES não eram incorporadas na ótica acima-da-linha, mas afetavam a apuração abaixo-da-linha pelo descasamento da evolução de ativos e passivos, essa diferença repercutia na discrepância estatística entre os resultados primários calculados acima e abaixo-da-linha.

Dessa forma, foi identificado o Programa FIES como principal causa da discrepância estatística “não-explicada”.

Uma vez identificada a principal origem da discrepância não-explicada, as áreas técnicas da STN e do BCB iniciaram um esforço de aprimoramento do registro fiscal das concessões de financiamento do FIES, sob a luz da metodologia consagrada internacionalmente no MEFP 1986.

Com o aprimoramento metodológico, a discrepância estatística foi reduzida:

Gráfico 2 - Discrepância Estatística - R\$ Bilhões



Dada a natureza das operações de financiamento estudantil, o potencial nível de inadimplência a ser evidenciado no futuro e o mecanismo de garantia criado pelo FGEDUC, propôs-se a abordagem de “Net Lending” explicada anteriormente para aprimoramento metodológico.

Uma variável chave para esta abordagem é o índice de inadimplência dos contratos do FIES. Inicialmente se observa da tabela abaixo que o nível de inadimplência se reduz com o passar do tempo e com o esforço de cobrança realizado pelos agentes financeiros. Uma parcela considerável dos pagamentos em atraso tem sido quitada dentro do período de 360 dias, restando um percentual de 16,4% com atrasos superiores a 360 dias.

TABELA COM TODOS O ÍNDICES DE INADIMPLÊNCIA POR ANO:

Como o Estatuto do FGEDUC define o prazo de 360 dias a partir do qual o FDNE possa solicitar ao fundo a honra de garantia correspondente, entendeu-se que este é o nível de inadimplência que deve ser considerado para aplicar-se o conceito estatístico de “Net Lending”. Esse índice de inadimplência será atualizado semestralmente pelo FNDE e informado ao BCB e à STN.

III – Metodologia de cálculo do Impacto primário do FIES:

As operações de concessão de financiamento estudantil do FIES são incorporadas ao cálculo do Resultado Primário do Governo Central da seguinte forma:

(i) Concessões de financiamento SEM a garantia do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Estudantil (FGEDUC)

- são tratadas como operações de subsídios em concessões de financiamento, registrando-se o impacto primário decorrente do resultado líquido de desembolsos e reembolsos dos financiamentos (“Net Lending”).

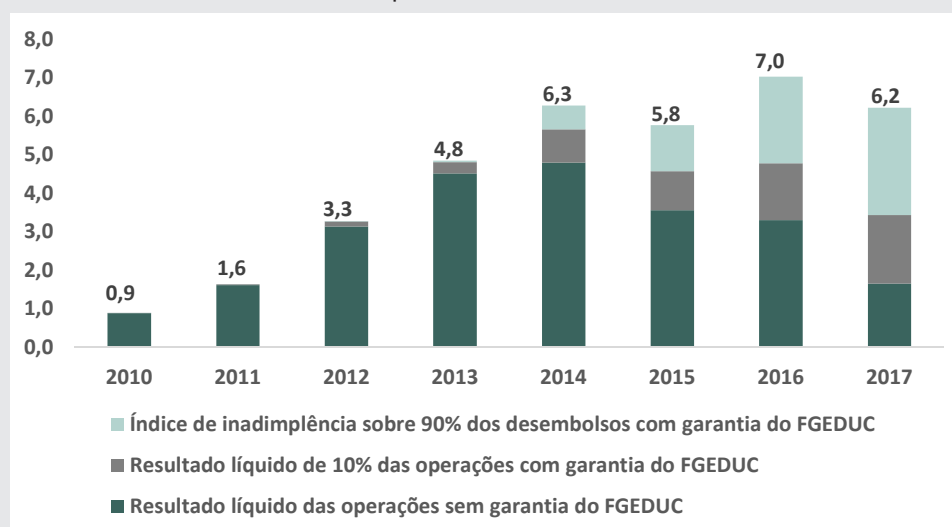
(ii) Concessões de financiamento COM garantia do FGEDUC

- 10% de risco não garantido: são tratados como operações de subsídios em concessões de financiamento, registrando-se o impacto primário decorrente do resultado líquido de desembolsos e reembolsos dos financiamentos (“Net Lending”).
- 90% de risco garantido¹: são tratados como operações de subsídios em concessões de financiamento, registrando-se o impacto primário quando ocorrem os desembolsos dos financiamentos, correspondente ao índice de inadimplência da carteira (superior a 360 dias) aplicado sobre o volume corrente de desembolsos. Os reembolsos decorrentes desta parcela das operações não afetarão o resultado primário.

IV - Impacto primário 2010 a 2017:

Considerando-se o aprimoramento no tratamento das operações do FIES descrito na seção anterior, a STN incorporou rubrica adicional no Boletim RTN relativa ao “Net Lending” do FIES. Esta rubrica alcançou o valor de R\$ 7,0 bilhões para o ano de 2016 e R\$ 6,3 bilhão no acumulado até dezembro de 2017. Agora a série histórica de 2010 a 2015 foi calculada/concluída a partir dos dados de inadimplência vigentes em cada ano.

Gráfico 3 - Impacto Primário do FIES - R\$ Bilhões



¹ Impactos primários adicionais deverão ser registrados quando perdas eventualmente não honradas pelo FGEDUC se materializarem no futuro. Tais impactos estarão relacionados às baixas contábeis de contratos inadimplidos e não honrados pelo FGEDUC, caso ocorram.

Boxe 2 – Resultado do Tesouro Nacional – Cenário Ajustado Passivos Acórdão TCU 825/2015

A União realizou em 2015 o pagamento de R\$ 55,5 bilhões referentes a passivos junto aos bancos públicos e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), pronunciado por meio do Acórdão nº 825/2015 e ratificado pelo Acórdão nº 3.297/2015.

Neste informe, apresenta-se a série de resultados primários do Governo Central ajustada caso os referidos passivos tivessem sido pagos de acordo com os princípios definidos pelos referidos Acórdãos. Na redistribuição para os exercícios anteriores, foram considerados os valores devidos livres de juros e atualização, uma vez que, se os pagamentos tivessem sido feitos anteriormente, esses custos seriam inexistentes. Este ajuste resultou na redução de despesas em 2015, no montante de R\$ 55,5 bilhões, e na elevação de despesas nos anos anteriores em R\$ 43,2 bilhões, distribuídos da seguinte forma (vide tabela 2): R\$ 16,4 bilhões em 2014, R\$ 11,6 bilhões em 2013, R\$ 8,5 bilhões em 2012, R\$ 5,7 bilhões em 2011 e de R\$ 936,3 milhões de 2007 a 2010.

Tabela 1 - AJUSTE - R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2011	2012	2013	2014	2015
	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões
RECEITA LÍQUIDA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DESPESAS	5.670,4	8.501,8	11.619,2	16.425,4	-55.474,0
1 Benefícios Previdenciários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2 Pessoal e Encargos Sociais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
3 Outras Despesas Obrigatórias	3.722,3	7.114,1	10.306,1	14.535,6	-45.684,2
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	2.428,7	3.629,4	3.137,5	-12.150,5
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	0,0	29,4	0,2	0,0	-29,6
Subsídios, Subvenções e Proagro (13)	3.722,3	4.656,0	6.676,5	11.398,0	-33.504,1
PSI	3.493,4	4.052,3	3.971,6	6.411,0	-21.455,4
Outros Subsídios	228,9	603,7	2.704,9	4.987,0	-12.048,7
Outras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	1.948,1	1.387,6	1.313,1	1.889,8	-9.789,8
PAC (17)	1.933,4	1.293,8	1.099,1	1.481,1	-8.988,6
d/q MCMV	1.933,4	1.293,8	1.099,1	1.481,1	-8.988,6
Outras	14,7	93,8	214,0	408,7	-801,2
FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-5.670,4	-8.501,8	-11.619,2	-16.425,4	55.474,0

Vale ressaltar que o ajuste na série de resultado primário é aquele detalhado em Nota à imprensa do Tesouro Nacional divulgado no dia 30/12/2015, atualizada em janeiro/2016¹. (Tabela 2)

Tabela 2 - PASSIVOS - R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	Passivo de 31/12/2014 atualizado	Obrigações de 2015	TOTAL
a) passivo da União junto ao FGTS, registrado em razão do que estabelece a Lei Complementar 110/2001	12.151	4.793	16.944
b) adiantamentos concedidos pelo FGTS à União ao amparo do que dispõe o art. 82-A da Lei 11.977/2009	8.989	1.500	10.489
c) valores devidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES a título de equalização da taxa de juros de que trata a Lei 12.096/2009, apurados até o final do primeiro trimestre de 2014, correspondente aos períodos anteriores ao segundo trimestre de 2014	21.455	8.582	30.037
d) valores devidos pelo Tesouro Nacional ao Banco do Brasil relativos aos itens "Tesouro Nacional - Equalização de Taxas - Safra Agrícola" e "Título e Créditos a Receber - Tesouro Nacional", pagos em 2015, exclusive os valores devidos referentes ao segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015	12.049	6.158	18.207
e) valores devidos à Caixa Econômica Federal a título de remuneração bancária de serviços prestados	831	672	1.503
TOTAL	55.475	21.705	77.180

Os passivos apresentados no item "a" da tabela acima correspondem aos valores devidos pela União ao FGTS, em razão do estabelecido na Lei Complementar 110/2001. Os pagamentos relativos à LC 110/2001 são contabilizados na rubrica "Complemento do FGTS (LC nº 110/2001)" do RTN. No resultado ajustado, essa conta foi reduzida em R\$ 12,2 bilhões em 2015 e elevada em R\$ 3,1 bilhões em 2014, R\$ 3,6 bilhões em 2013 e R\$ 2,4 bilhões em 2012.

¹ A publicação está disponível em: <https://goo.gl/B5cHwp>

O item “b” se refere a passivos junto ao FGTS relativos ao programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). O ajuste desses passivos impactou as rubricas “PAC” e “d/q MCMV”, conta que especifica a parcela do PAC correspondente ao MCMV. No resultado ajustado, as despesas do MCMV foram reduzidas em 2015 (R\$ 9,0 bilhões) e elevadas em 2014 (R\$ 1,5 bilhão), 2013 (R\$ 1,1 bilhão), 2012 (R\$ 1,3 bilhão), 2011 (R\$ 1,9 bilhão) e 2010 (R\$ 712,2 milhões).

Os valores devidos ao BNDES apresentados no item “c” são contabilizados na subconta do PSI, que compõe a rubrica “Subsídios, Subvenções e Proagro”. O ajuste das despesas do PSI consistiu na redução de R\$ 21,5 bilhões em 2015. Por outro lado, somou-se às despesas com o PSI dos exercícios anteriores R\$ 6,4 bilhões em 2014, R\$ 4,0 bilhões em 2013, R\$ 4,1 bilhões em 2012 e R\$ 3,5 bilhões em 2011.

O item “d”, que se refere a valores devidos pela União ao Banco do Brasil, afeta as seguintes contas da rubrica “Subsídios, Subvenções e Proagro”: “Equalização de custeio agropecuário”, “Equalização de investimento rural e agroindustrial”, “Política de preços agrícolas”, “Pronaf”, “Programa especial de saneamento de ativos (PESA)”, “Álcool”, “Securitização da dívida agrícola (Lei 9.138/1995)”, “Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)”, “Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)” e “Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO”. No agregado das contas afetadas pelos pagamentos do item “d”, o ajuste consistiu na redução de R\$ 12,0 bilhões das despesas de 2015 e no acréscimo de R\$ 5,0 bilhões em 2014, R\$ 2,7 bilhões em 2013, além de R\$ 986,7 milhões de exercícios anteriores a 2013.

O item “e” representa os valores devidos à Caixa Econômica Federal a título de remuneração bancária de serviços prestados. Vale ressaltar que, apesar de também terem sido pagos em 2015, os passivos contidos no item “e” não foram considerados no Acórdão nº 825/2015 do TCU. Esses passivos afetam as rubricas “Créditos Extraordinários” e “Demais Despesas Discricionárias do Executivo”. Em 2015, foram pagos R\$ 29,6 milhões de passivos de Créditos Extraordinários, sendo R\$ 29,4 milhões obrigações de 2012 e R\$ 0,2 milhão de 2013. Nas “Demais Despesas Discricionárias do Executivo”, foram pagos R\$ 801,2 milhões em passivos em 2015, sendo R\$ 408,7 milhões obrigações de 2014, R\$ 214,0 milhões de 2013, R\$ 93,8 milhões em 2012, R\$ 14,7 milhões em 2011 e R\$ 70,0 milhões em exercícios anteriores a 2011.

Nos itens “d” e “e” há diferenças em relação à tabela publicada em Nota à Imprensa do Tesouro Nacional em 30/12/2015, atualizada em janeiro/2016. Houve uma redistribuição entre os valores considerados “Passivo em 31/12/2014 atualizado” e o montante considerado obrigações de 2015. Esta redistribuição não alterou o valor total pago referente ao item “d”. No que concerne o item “e”, o valor total pago em 2015 (passivo e obrigações de 2015) passou de R\$ 1,509 bilhão na Nota à Imprensa do Tesouro Nacional para R\$ 1,503 bilhão no presente informe.

A série de resultado primário do Governo Central, conforme divulgado originalmente no Boletim Resultado do Tesouro Nacional, está apresentada na tabela 3 a seguir:

Tabela 3 - RESULTADO PUBLICADO - R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2011	2012	2013	2014	2015
	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões
RECEITA LÍQUIDA	825.234,4	888.495,0	997.088,3	1.023.012,6	1.043.105,1
DESPESAS	733.343,4	815.907,0	924.929,1	1.046.495,0	1.164.462,3
1 Benefícios Previdenciários	281.438,2	316.589,5	357.003,1	394.201,2	436.090,1
2 Pessoal e Encargos Sociais	181.439,5	188.394,5	205.152,9	222.375,4	238.499,0
3 Outras Despesas Obrigatórias	91.865,8	105.868,1	133.442,0	160.358,0	236.586,6
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	900,0	16.943,7
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	5.036,8	2.763,7	6.382,4	4.035,9	6.157,3
Subsídios, Subvenções e Proagro (13)	6.718,1	7.597,0	5.949,3	4.345,7	53.506,9
PSI	429,0	751,7	121,9	110,7	30.283,7
Outros Subsídios	6.289,1	6.845,3	5.827,4	4.235,0	23.223,3
Outras	80.110,9	95.507,4	121.110,4	151.076,4	159.978,7
4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	178.599,9	205.054,9	229.331,1	269.560,4	253.286,5
PAC (17)	28.022,5	39.306,9	44.714,8	57.698,0	47.259,3
d/q MCMV	7.711,7	11.252,0	14.187,2	17.430,7	20.709,2
Outras	150.577,4	165.748,0	184.616,2	211.862,3	206.027,3
FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	12.400,0	0,0	0,0	855,0
PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	91.891,0	84.988,0	72.159,1	-23.482,4	-120.502,2

A série de resultado primário do Governo Central ajustada é apresentada na tabela 4 abaixo:

Tabela 4 - RESULTADO AJUSTADO - R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2011	2012	2013	2014	2015
	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões
RECEITA LÍQUIDA	825.234,4	888.495,0	997.088,3	1.023.012,6	1.043.105,1
DESPESAS	739.013,8	824.408,8	936.548,3	1.062.920,4	1.108.988,3
1 Benefícios Previdenciários	281.438,2	316.589,5	357.003,1	394.201,2	436.090,1
2 Pessoal e Encargos Sociais	181.439,5	188.394,5	205.152,9	222.375,4	238.499,0
3 Outras Despesas Obrigatórias	95.588,0	112.982,2	143.748,1	174.893,5	190.902,4
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	2.428,7	3.629,4	4.037,5	4.793,2
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	5.036,8	2.793,2	6.382,6	4.035,9	6.127,7
Subsídios, Subvenções e Proagro (13)	10.440,4	12.253,0	12.625,8	15.743,8	20.002,9
PSI	3.922,4	4.804,0	4.093,5	6.521,8	8.828,3
Outros Subsídios	6.518,0	7.449,0	8.532,3	9.222,0	11.174,5
Outras	80.110,9	95.507,4	121.110,4	151.076,4	159.978,7
4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	180.548,0	206.442,6	230.644,2	271.450,2	243.496,8
PAC (17)	29.955,9	40.600,8	45.814,0	59.179,1	38.270,7
d/q MCMV	9.645,1	12.545,8	15.286,3	18.911,8	11.720,6
Outras	150.592,1	165.841,8	184.830,2	212.271,0	205.226,1
FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	12.400,0	0,0	0,0	855,0
PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	86.220,6	76.486,2	60.540,0	-39.907,8	-65.028,2

A meta de resultado primário estabelecida anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é referente ao resultado primário abaixo da linha divulgado pelo Banco Central. Portanto, para verificar o impacto do ajuste no cumprimento da meta, foram adicionados ao resultado ajustado acima da linha a discrepância estatística e o ajuste metodológico²:

Tabela 5 - RESULTADO AJUSTADO DO GOVERNO CENTRAL - R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2011	2012	2013	2014	2015
	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões
RESULTADO ACIMA DA LINHA AJUSTADO	86.220,6	76.486,2	60.540,0	-39.907,8	-65.028,2
Ajuste Metodológico ¹	1.137,9	1.313,8	858,4	0,0	3.888,4
Discrepância ²	6,6	-215,7	2.273,1	3.010,7	-41,8
RESULTADO ABAIXO DA LINHA AJUSTADO	87.365,1	77.584,2	63.671,5	-36.897,1	-61.181,6
RESULTADO ABAIXO DA LINHA PUBLICADO	93.035,5	86.086,0	75.290,7	-20.471,7	-116.655,6

¹ Recursos referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

² Diferença entre o primário apurado pelo BCB, "abaixo-da-linha", e o primário apurado pela STN/MF (incluído Itaipu), "acima-da-linha".

A tabela abaixo mostra a meta de resultado primário de cada ano, estabelecida na LDO. Também são apresentados os abatimentos possibilitados na LDO e o montante abatido pelo Executivo nos Decretos de programação orçamentária e financeira:

Tabela 6 - META DE RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL - R\$ Milhões - Valores Correntes

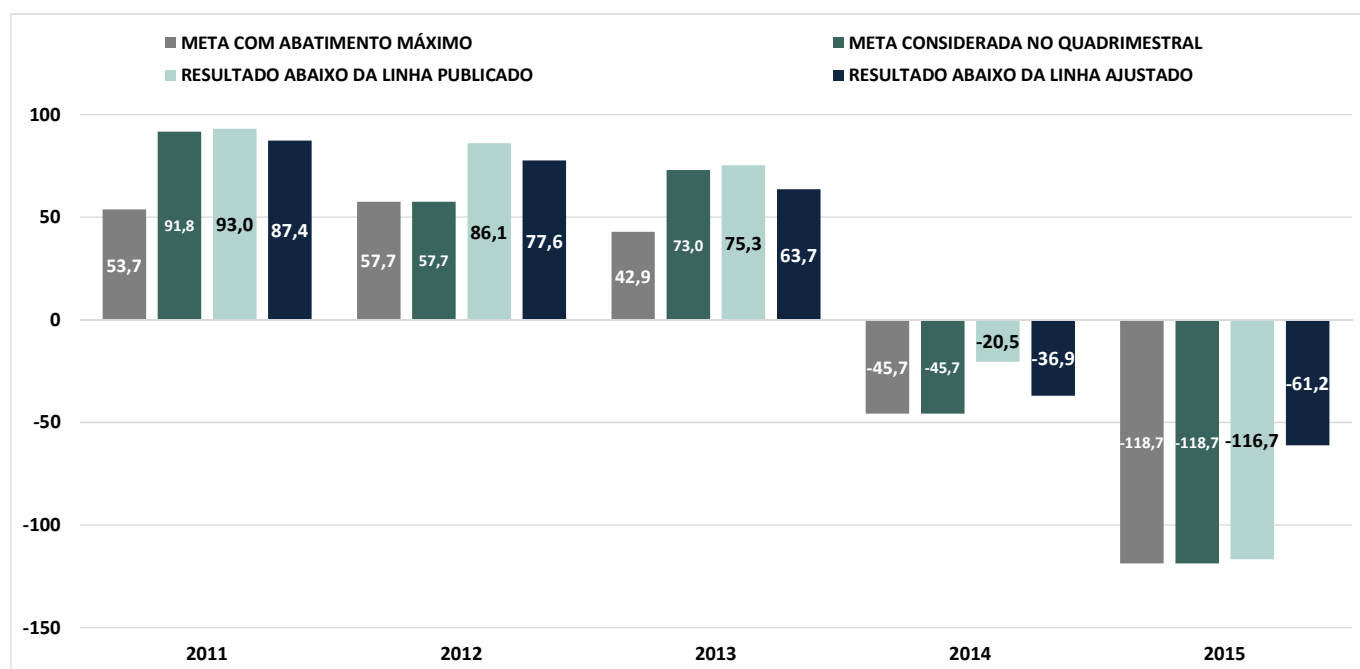
Discriminação	2011	2012	2013	2014	2015
	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões
I. META LDO	81.760,0	96.973,0	108.090,0	116.072,0	-51.824,4
II. Abatimento Máximo	28.022,5	39.306,9	65.200,0	161.741,0	66.858,0
PAC	28.022,5	39.306,9	0,0	57.698,0	0,0
Desonerações	0,0	0,0	0,0	104.043,0	0,0
Invest. prioritários e desonerações	0,0	0,0	65.200,0	0,0	0,0
Passivos	0,0	0,0	0,0	0,0	55.808,0
Leilão UHEs	0,0	0,0	0,0	0,0	11.050,0
III. META LDO COM ABATIMENTO MÁXIMO (I - II)	53.737,5	57.666,1	42.890,0	-45.669,0	-118.682,4
IV. Abatimento adotado em decreto	0,0	25.600,0	35.053,9	105.970,5	66.858,0
PAC	0,0	25.600,0	0,0	0,0	0,0
Desonerações ¹	0,0	0,0	0,0	105.970,5	0,0
Invest. prioritários e desonerações	0,0	0,0	35.053,9	0,0	0,0
Passivos	0,0	0,0	0,0	0,0	55.808,0
Leilão UHEs	0,0	0,0	0,0	0,0	11.050,0
V. META ADOTADA EM DECRETO² (I - IV)	91.760,0	71.373,0	73.036,1	10.101,5	-118.682,4

¹ O Decreto 8.367/2014 considerou um abatimento de R\$ 106,0 bilhões referente a desonerações e gastos no âmbito do PAC de forma consolidada, sem discriminar o montante relativo a cada uma das categorias.

² Os Decretos 7.575/2011 e 7.622/2011 aumentaram a meta de resultado primário de 2011 em R\$ 10 bilhões, resultando em uma elevação de R\$ 81.760,0 milhões para R\$ 91.760,0 milhões.

2 Os valores da discrepância estatística e do ajuste metodológico são aqueles divulgados no Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de cada exercício.

Gráfico 1 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA META (2011-2015)³ - R\$ Bilhões - Valores Correntes



Em 2011, a LDO estabeleceu como meta de resultado primário um superávit de R\$ 81,8 bilhões para o Governo Central. O art. 3º da LDO-2011 previa a possibilidade de redução da meta de resultado primário do Governo Federal, até o montante de R\$ 32,0 bilhões, para atendimento das despesas no âmbito do PAC. Ao final de 2011, verificou-se que as despesas do PAC atingiram R\$ 28,0 bilhões, mas, apesar desta prerrogativa, os Decretos de programação orçamentária e financeira editados ao longo do exercício não contemplaram a possibilidade de abatimento. Posteriormente, os Decretos 7.575/2011 e 7.622/2011 compatibilizaram suas respectivas programações orçamentária e financeira com o objetivo de alcançar o esforço fiscal adicional de R\$ 10,0 bilhões em relação à meta originária da LDO-2011. Logo, os Decretos consideraram uma meta de superávit primário de R\$ 91,8 bilhões.

Tabela 7 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA META (2011-2012) - R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2011			2012		
	RESULTADO ABAIXO DA LINHA AJUSTADO	META ADOTADA EM DECRETO	VALOR MÍNIMO PARA O RESULTADO	RESULTADO ABAIXO DA LINHA AJUSTADO	META ADOTADA EM DECRETO	VALOR MÍNIMO PARA O RESULTADO
GOVERNO FEDERAL	87.944,2	91.760,0	53.737,5	76.528,2	71.373,0	57.666,1
Governo Central	87.365,1	91.760,0	53.737,5	77.584,2	71.373,0	57.666,1
Empresas Estatais Federais	579,1	0,0	0,0	-1.056,0	0,0	0,0

O resultado primário abaixo da linha ajustado do Governo Federal de 2011 foi um superávit de R\$ 87,9 bilhões. Este valor não foi suficiente para cumprir a meta estabelecida no Decreto 7.622/2011, uma vez que ele fixou uma meta de resultado primário R\$ 10,0 bilhões superior àquela estabelecida na LDO.

³ Foi considerada a meta de resultado primário que consta no Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de cada exercício. O Relatório Quadrimestral explicita a meta adotada no último Decreto de programação orçamentária e financeira do ano. Além disso, no gráfico também é apresentado o valor mínimo para o resultado, dado o abatimento máximo permitido na LDO.

Ademais, o Decreto não efetuou o abatimento de R\$ 28,0 bilhões de despesas no âmbito do PAC. Caso o Executivo tivesse exaurido as possibilidades de redução da meta que lhe foram concedidas na LDO, a meta de resultado primário seria superávit de R\$ 53,7 bilhões. Dessa forma, ficaria comprovado o atendimento ao art. 2º da LDO-2011, utilizando o disposto no art. 3º da referida Lei.

A LDO de 2012 definiu como meta de resultado primário para o Governo Central superávit de R\$ 97,0 bilhões. Além disso, o art. 3º da LDO-2012 previa a possibilidade de redução da meta de resultado primário do Governo Federal, até o montante de R\$ 40,6 bilhões, para atendimento das despesas no âmbito do PAC. As despesas do PAC no exercício de 2012 atingiram R\$ 39,3 bilhões, e o Executivo utilizou da prerrogativa concedida na LDO para abater parte dos gastos com o PAC (R\$ 25,6 bilhões).

Incorporado o ajuste dos passivos referidos nos Acórdãos do TCU no 825/2015 e no 3.297/2015, verifica-se que o Governo Federal atingiu superávit primário de R\$ 76,5 bilhões em 2012, valor suficiente para atender a meta da LDO e do Decreto 7.847/2012, que abateu R\$ 25,6 bilhões referentes a despesas do PAC da meta original de R\$ 97,0 bilhões. Após o abatimento, a meta era de superávit de R\$ 71,4 bilhões, que também seria cumprida com o resultado ajustado.

Tabela 8 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA META (2013-2014) - R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2013			2014		
	RESULTADO ABAIXO DA LINHA AJUSTADO	META ADOTADA EM DECRETO	VALOR MÍNIMO PARA O RESULTADO	RESULTADO ABAIXO DA LINHA AJUSTADO	META ADOTADA EM DECRETO	VALOR MÍNIMO PARA O RESULTADO
GOVERNO FEDERAL	63.127,7	73.036,1	42.890,0	-38.904,7	10.101,5	-45.669,0
Governo Central	63.671,5	73.036,1	42.890,0	-36.897,1	10.101,5	-45.669,0
Empresas Estatais Federais	-543,8	0,0	0,0	-2.007,6	0,0	0,0

Em 2013, a LDO fixou como meta de resultado primário um superávit de R\$ 108,1 bilhões para o Governo Central. O art. 3º da LDO previa a possibilidade de redução da meta de resultado primário do Governo Federal até o montante de R\$ 65,2 bilhões, em face da realização dos investimentos prioritários estabelecidos na própria LDO e de desonerações tributárias. No Decreto 8.143/13, o Poder Executivo decidiu abater R\$ 35,1 bilhões com base no art 3º da LDO.

Após implementado o ajuste deste informe, o superávit primário do Governo Federal em 2013 foi R\$ 63,1 bilhões. O resultado foi suficiente para cumprir a meta fixada na LDO-2013, de R\$ 108,1 bilhões, uma vez que existia a possibilidade de abatimento de R\$ 65,2 bilhões referentes ao PAC e a desonerações de tributos. O superávit de R\$ 63,1 bilhões, portanto, foi superior à meta de R\$ 42,9 bilhões. No Decreto 8.143/2013, no entanto, não houve abatimento integral de R\$ 65,2 bilhões, o que fez com que a meta ficasse em R\$ 73,0 bilhões.

A LDO de 2014 estabeleceu como meta de resultado primário para o Governo Central um superávit de R\$ 116,1 bilhões. O art. 3º da LDO-2014 previa a possibilidade de redução da meta de resultado primário do Governo Central em até R\$ 67,0 bilhões, em face da realização dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e de desonerações tributárias. Posteriormente, em 15 de dezembro de 2014, foi editada a Lei nº 13.053, permitindo o abatimento até o montante das desonerações de tributos e

dos gastos relativos ao PAC. Portanto, foi realizado o abatimento de R\$ 57,7 bilhões referente ao PAC e de R\$ 104,0 bilhões no âmbito das desonerações tributárias⁴.

Em 2014, o resultado ajustado abaixo da linha do Governo Federal foi déficit de R\$ 38,9 bilhões. Dessa forma, verifica-se que a meta estabelecida na LDO-2014 seria cumprida, pois após os abatimentos permitidos pela LDO, modificada pela Lei nº 13.053, a meta de resultado primário era déficit de R\$ 45,7 bilhões. Vale ressaltar o Decreto 8.367/2014 adotou o abatimento de R\$ 106,0 bilhões, resultado em uma meta de superávit de R\$ 10,1 bilhões.

Tabela 9 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA META (2015) - R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2015		
	RESULTADO ABAIXO DA LINHA AJUSTADO	VALOR MÍNIMO PARA O RESULTADO	META SEM ABATIMENTO REFERENTE A PASSIVOS
SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO	-55.774,9	-48.908,4	-59.958,4
Governo Federal	-62.910,3	-51.824,4	-62.874,4
Governo Central	-61.181,6	-51.824,4	-62.874,4
Empresas Estatais Federais	-1.728,7	0,0	0,0
Governos Regionais	7.135,4	2.916,0	2.916,0

A LDO-2015, alterada pela Lei 13.199/15, definiu como meta de resultado primário déficit de R\$ 51,8 bilhões para o Governo Central, de resultado nulo para as empresas estatais e superávit de R\$ 2,9 bilhões para os Governos Regionais. Não obstante a

fixação desta meta, o § 3º do art. 2º da LDO-2015 previa a possibilidade de compensação entre as mesmas. Dessa forma, para efeitos de avaliação de cumprimento da meta, deve-se considerar o resultado no âmbito do setor público consolidado não financeiro. Além disso, foi estabelecida a possibilidade de abatimento da meta de resultado primário no montante de R\$ 68,1 bilhões, sendo até R\$ 57,0 bilhões referentes ao pagamento de passivos e valores devidos aos Bancos Públicos e FGTS (equacionamento conforme determinado pelo Acórdão TCU nº 825/2015) e até R\$ 11,1 bilhões referentes à frustração de receitas, em 2015, com os leilões de Usinas Hidroelétricas (UHEs). Ao final de 2015, o valor do equacionamento de passivos passível de abatimento atingiu R\$ 55,8 bilhões, enquanto verificou-se a frustração, em 2015, das receitas com os leilões das UHEs (R\$ 11,1 bilhões), totalizando uma possibilidade de abatimento de R\$ 66,9 bilhões, valor compatível com a diretriz estabelecida pelo art. 2º da Lei nº 13.080/15, alterado pela Lei nº 13.199/15.

Em 2015, o resultado ajustado abaixo da linha foi déficit de R\$ 62,9 bilhões para o Governo Federal e déficit de R\$ 55,8 bilhões para o setor público consolidado. Observa-se que a meta de resultado primário para o setor público de déficit de R\$ 115,8 bilhões seria cumprida após os ajustes. Vale lembrar, entretanto, que sob a hipótese utilizada neste informe para realizar o ajuste, não haveria pagamento dos passivos em 2015 e, portanto, o abatimento referente ao pagamento de passivos não seria possível. Ainda nesse caso, a meta de resultado primário para o setor público, de déficit de R\$ 60,0 bilhões, seria cumprida.

Nas tabelas em anexo são apresentados os ajustes na série histórica de resultado primário do Governo Central acima da linha com o maior nível de detalhamento utilizado no Boletim Resultado do Tesouro Nacional.

⁴ O valor das desonerações tributárias foi divulgado pela RFB no Relatório de Análise da arrecadação das Receitas Federais de Dezembro de 2014.

Anexos

AJUSTE - R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões
RECEITA LÍQUIDA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DESPESAS	0,1	67,2	103,6	765,4	5.670,4	8.501,8	11.619,2	16.425,4	-55.474,0
1 Benefícios Previdenciários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2 Pessoal e Encargos Sociais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
3 Outras Despesas Obrigatórias	0,1	0,3	100,5	53,2	3.722,3	7.114,1	10.306,1	14.535,6	-45.684,2
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.428,7	3.629,4	3.137,5	-12.150,5
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	29,4	0,2	0,0	-29,6
Subsídios, Subvenções e Proagro (13)	0,1	0,3	100,5	53,2	3.722,3	4.656,0	6.676,5	11.398,0	-33.504,1
PSI	0,0	0,0	0,0	0,0	3.483,4	4.052,3	3.971,6	6.411,0	-21.455,4
Equalização de custeio agropecuário	0,1	0,2	0,2	0,5	129,5	380,8	607,0	1.294,8	-2.959,3
Equalização de invest. rural e agroindustrial	0,0	0,1	0,4	0,6	0,7	0,6	136,3	502,5	-767,0
Política de preços agrícolas	0,0	0,0	0,0	0,1	12,8	12,3	50,5	87,3	-199,6
Pronaf	0,0	0,1	99,8	52,1	85,9	210,0	1.911,1	2.926,0	-6.431,2
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,6	-26,1
Alcool	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,7	-3,3
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-1.506,2
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	142,9	-149,0
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	-1,8
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,3	-5,1
Outros Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4 Despesas Discricionárias - Todas as Poderes	0,0	66,9	3,1	712,2	1.948,1	1.387,6	1.313,1	1.889,8	-9.789,8
PAC (17)	0,0	0,0	0,0	712,2	1.933,4	1.293,8	1.099,1	1.481,1	-8.988,6
d/q MCMV	0,0	0,0	0,0	712,2	1.933,4	1.293,8	1.099,1	1.481,1	-8.988,6
Outras	0,0	66,9	3,1	0,0	14,7	93,8	214,0	408,7	-801,2
FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-0,1	-67,2	-103,6	-765,4	-5.670,4	-8.501,8	-11.619,2	-16.425,4	55.474,0

RESULTADO PUBLICADO - R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões
RECEITA LÍQUIDA	516.435,4	588.256,9	618.445,9	785.161,1	825.234,4	888.495,0	997.083,3	1.023.012,6	1.043.105,1
DESPESAS	458.785,0	502.574,5	579.009,5	707.269,9	733.343,4	815.907,0	924.929,1	1.046.495,0	1.164.462,3
1 Benefícios Previdenciários	185.293,4	199.562,0	224.876,4	254.858,6	281.438,2	316.589,5	357.003,1	394.201,2	436.090,1
2 Pessoal e Encargos Sociais	117.585,7	132.396,7	153.403,6	168.404,7	181.439,5	188.394,5	205.152,9	222.375,4	238.499,0
3 Outras Despesas Obrigatórias	56.632,4	56.094,4	65.977,5	82.913,2	91.865,8	105.868,1	133.442,0	160.358,0	236.586,6
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	900,0	16.943,7
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	7.948,1	4.679,1	2.806,4	8.599,6	5.036,8	2.763,7	6.382,4	4.035,9	6.157,3
Subsídios, Subvenções e Proagro (13)	7.783,1	3.337,8	2.658,7	4.742,3	6.718,1	7.597,0	5.949,3	4.345,7	53.506,9
PSI	0,0	0,0	0,0	0,0	429,0	751,7	121,9	110,7	30.283,7
Equalização de custeio agropecuário	956,7	446,2	198,0	488,8	917,4	1.316,6	126,1	640,5	5.177,4
Equalização de invest. rural e agroindustrial	27,5	28,4	-87,0	-0,3	23,6	65,5	332,1	70,8	2.499,4
Política de preços agrícolas	1.087,7	786,6	3.348,5	2.563,3	465,2	548,7	275,2	911,5	843,9
Pronaf	900,5	895,0	904,6	55,7	2.312,5	1.676,8	1.618,1	504,5	9.908,5
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	541,7	475,8	458,5	458,4	829,5	390,7	785,9	355,5	300,9
Alcool	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,7	0,0	0,0	48,9
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	1.438,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.506,2
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	227,2	477,4	367,3	392,3
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,8	5,0
Equalização dos Fundos FIDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1	16,5
Outros Subsídios	2.830,6	705,9	-2.163,9	1.176,4	1.740,2	2.619,1	2.212,1	1.381,9	2.524,4
Outras	40.901,2	48.077,6	60.512,3	69.571,3	80.110,9	95.507,4	121.110,4	151.076,4	159.978,7
4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	99.273,5	114.521,3	134.752,0	201.093,5	178.599,9	205.054,9	229.331,1	269.560,4	253.286,5
PAC (17)	7.340,0	11.360,4	17.934,8	22.082,0	28.022,5	39.306,9	44.714,8	57.698,0	47.259,3
d/q MCMV	0,0	0,0	1.571,9	1.572,0	7.711,7	11.252,0	14.187,2	17.430,7	20.709,2
Outras	91.933,5	103.161,0	116.817,2	179.011,5	150.577,4	165.748,0	184.616,2	211.862,3	206.027,3
FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	-14.244,0	0,0	0,0	0,0	12.400,0	0,0	0,0	855,0
PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	57.650,4	71.438,4	39.436,4	77.891,2	91.891,0	84.986,0	72.159,1	-23.482,4	-120.502,2

RESULTADO AJUSTADO - R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões
RECEITA LÍQUIDA	516.435,4	588.256,9	618.445,9	785.151,1	825.234,4	888.495,0	997.083,3	1.023.012,6	1.043.105,1
DESPESAS	458.785,1	502.641,7	579.113,0	708.035,3	739.013,8	824.408,8	936.548,3	1.062.920,4	1.108.988,3
1 Benefícios Previdenciários	185.293,4	199.562,0	214.876,4	254.858,6	281.438,2	316.589,5	357.003,1	394.201,2	436.090,1
2 Pessoal e Encargos Sociais	117.585,7	132.396,7	153.403,6	168.404,7	181.439,5	188.394,5	205.152,9	222.375,4	238.499,0
3 Outras Despesas Obrigatórias	56.632,5	56.094,7	66.077,9	82.966,4	95.588,0	112.982,2	143.748,1	174.893,5	190.902,4
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.428,7	3.629,4	4.037,5	4.793,2
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	7.948,1	4.679,1	2.806,4	8.599,6	5.036,8	2.793,2	6.382,6	4.035,9	6.127,7
Subsídios, Subvenções e Proagro (13)	7.783,2	3.338,1	2.759,2	4.795,5	10.440,4	12.253,0	12.625,8	15.743,8	20.002,9
PSI	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4.804,0	4.093,5	6.521,8	8.828,3
Equalização de custeio agropecuário	956,7	446,3	198,2	489,3	1.046,8	1.697,4	733,2	1.935,4	2.218,0
Equalização de invest. rural e agroindustrial	27,5	28,5	-86,6	0,3	24,3	66,1	468,4	573,3	1.732,4
Política de preços agrícolas	1.087,7	786,6	3.348,6	2.563,4	478,0	561,0	325,7	998,8	644,2
Pronaf	900,5	895,0	1.004,5	107,8	2.398,4	1.886,8	3.529,1	3.430,4	3.477,2
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	541,7	475,8	458,5	458,4	829,5	390,7	785,9	381,1	274,8
Alcool	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,7	0,0	2,7	45,6
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	1.438,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	227,2	477,4	510,2	243,3
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	2,0	3,2
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,3	11,4
Outros Subsídios	2.830,6	705,9	-2.163,9	1.176,4	1.740,2	2.619,1	2.212,1	1.381,9	2.524,4
Outras	40.901,2	48.077,6	60.512,3	69.571,3	80.110,9	95.507,4	121.110,4	151.076,4	159.978,7
4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	99.273,5	114.588,2	134.755,1	201.805,7	180.548,0	206.442,6	230.644,2	271.450,2	243.496,8
PAC (17)	7.340,0	11.360,4	17.934,8	22.794,2	29.955,9	40.600,8	45.814,0	59.179,1	38.270,7
d/q MCMV	0,0	0,0	1.571,9	2.284,2	9.645,1	12.545,8	15.286,3	18.911,8	11.720,6
Outras	91.933,5	103.227,9	116.820,3	179.011,5	150.592,1	165.841,8	184.830,2	212.271,0	205.226,1
FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	-14.244,0	0,0	0,0	0,0	12.400,0	0,0	0,0	855,0
PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	57.650,3	71.371,2	39.332,8	77.125,7	86.220,6	76.486,2	60.540,0	-39.907,8	-65.028,2

Boxe 3 – Nova Metodologia de Apuração do Demonstrativo dos Resultado Primário e Nominal do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – Anexo 6): harmonizando a apuração entre União, Estados e Municípios

A partir da próxima publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, a Secretaria do Tesouro Nacional apresentará nova metodologia de apuração do Resultado Primário e Nominal para a União. A alteração é resultado do trabalho realizado ao longo de 2017 em que foram analisadas e propostas medidas de aprimoramento conceitual e normativo de forma a harmonizar o resultado fiscal (primário e nominal) com a Dívida Consolidada Líquida - DCL com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF1.

O resultado do trabalho subsidiou a revisão dos Manuais de Demonstrativos Fiscais elaborados pela STN em observância aos preceitos da LRF e contribuirá para a melhoria da transparência fiscal permitindo a comparabilidade dos dados entre os entes da Federação².

Destaca-se que o demonstrativo de resultado primário que integrará o RREO da União será elaborado por critério de apuração distinto do adotado atualmente no boletim Resultado do Tesouro Nacional (RTN), utilizando dados contábeis e orçamentários registrados no SIAFI. As principais diferenças entre as metodologias de apuração estão indicadas na tabela abaixo:

Discriminação	Janeiro/2018
I. RESULTADO PRIMÁRIO - RTN	31.069
Receita RTN	156.372
I.1 Ajustes na Receita Total	1.242
Arrecadação RGPS (Fluxo de Caixa do INSS x Siafi)	-176
Demais Receitas	1.418
Receita RREO	157.613
Transferências e Despesas RTN	125.303
I.2 Ajustes nas Transferências e Despesas	-4.466
Despesas financeiras com impacto primário	-1.272
Extra-Siafi	309
Operações intra-orçamentárias	-1.096
Discrepância valor pago x pagamento efetivo	-2.427
Outros	19
Transferências e Despesas RREO	120.836
II. RESULTADO PRIMÁRIO - ANEXO 6 DO RREO (I + I.1 - I.2)	36.777

1 <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/592968/MDF+8a.+edi%C3%A7%C3%A3o+-+vers%C3%A3o+29-12-2017/d1a26a26-284c-4874-826c-a0792c0d554a>.

2 Destaca-se que, diferentemente dos Estados, DF e Municípios, a verificação do cumprimento das metas fiscais da União será realizada por meio do Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, que é elaborado com vistas ao cumprimento do § 4º do art. 9º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais quadrimestrais, em audiência pública, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Anexos

1. Lista de Abreviaturas

2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Mensal

Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal

Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

1. Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento	LEJU – Legislativo e Judiciário
Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados	PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
CDE – Conta de Desenvolvimento Energético	Paes – Parcelamento Especial
CEF – Caixa Econômica Federal	Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira	PIB – Produto Interno Bruto
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	PIS – Programa de Integração Social
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido	POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Emgea – Empresa Gestora de Ativos	Proex – Programa de Incentivo às Exportações
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador	Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
FDA – Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	PSH – Programa de Subsídio à Habitação
FDNE – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste	PSI – Programa de Sustentação do Investimento
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	Refis – Programa de Recuperação Fiscal
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	RFB – Receita Federal do Brasil
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento	RGPS – Regime Geral da Previdência Social
FPE – Fundo de Participação de Estados	RMV – Renda Mensal Vitalícia
FPM – Fundo de Participação de Municípios	
FSB – Fundo Soberano do Brasil	
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)	
II – Imposto de Importação	
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social	
IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros	
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física	
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica	
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social	

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2017/2018		Diferença		Variação (%)	
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/18	Dez/18	Jan/18	Jan/17
I. RECEITA TOTAL	137.374,8	151.626,3	156.371,5	4.745,2	3,1%	18.996,8	13,8%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	96.735,7	77.039,8	109.849,0	32.809,2	42,6%	13.113,35	13,6%
I.1.1 Imposto de Importação	2.595,2	2.622,8	3.242,6	619,8	23,6%	647,4	24,9%
I.1.2 IPI	3.738,3	4.934,0	5.269,4	335,4	6,8%	1.531,0	41,0%
I.1.3 Imposto de Renda	46.727,4	33.347,0	50.018,3	16.671,3	50,0%	3.290,9	7,0%
I.1.4 IOF	2.879,7	3.302,5	2.968,8	-333,7	-10,1%	89,1	3,1%
I.1.5 COFINS	18.853,9	20.114,3	23.457,8	3.343,5	16,6%	4.603,9	24,4%
I.1.6 PIS/PASEP	5.242,3	5.250,4	6.440,3	1.189,9	22,7%	1.198,0	22,9%
I.1.7 CSLL	14.472,5	4.815,4	15.170,1	10.354,8	215,0%	697,6	4,8%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	499,5	465,4	458,4	-7,0	-1,5%	-41,2	-8,2%
I.1.10 Outras	1.726,9	2.188,0	2.823,3	635,3	29,0%	1.096,4	63,5%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	-1.356,0	0,0	1.356,0	-100,0%	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	26.897,5	49.167,4	28.912,3	-20.255,0	-41,2%	2.014,9	7,5%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	13.741,6	26.775,1	17.610,2	-9.164,9	-34,2%	3.868,6	28,2%
I.4.1 Concessões e Permissões	351,9	14.498,4	423,6	-14.074,9	-97,1%	71,6	20,4%
I.4.2 Dividendos e Participações	60,3	338,7	3,6	-335,0	-98,9%	-56,6	-94,0%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.025,2	1.237,0	1.025,7	-211,3	-17,1%	0,5	0,0%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	5.488,1	1.928,9	7.650,3	5.721,4	296,6%	2.162,2	39,4%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	958,6	1.155,5	1.078,9	-76,6	-6,6%	120,3	12,5%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.727,5	1.635,0	2.829,8	1.194,8	73,1%	102,3	3,8%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	398,5	462,9	64,4	16,2%	462,9	-
I.4.8 Operações com Ativos	98,5	116,4	103,9	-12,5	-10,8%	5,4	5,4%
I.4.9 Demais Receitas	3.031,6	5.466,8	4.031,6	-1.435,2	-26,3%	1.000,0	33,0%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	18.582,6	24.808,4	19.945,7	-4.862,7	-19,6%	1.363,1	7,3%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	15.252,6	21.719,3	16.290,0	-5.429,4	-25,0%	1.037,35	6,8%
II.2 Fundos Constitucionais	634,8	629,9	647,9	18,0	2,9%	13,08	2,1%
II.2.1 Repasse Total	1.015,7	1.178,5	1.077,3	-101,3	-0,1%	61,6	6,1%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-380,9	-548,6	-429,4	119,2	-0,2%	-48,5	12,7%
II.3 Contribuição do Salário Educação	934,1	964,8	981,4	16,6	1,7%	47,38	5,1%
II.4 Compensações Financeiras	1.150,7	1.368,4	1.421,6	53,1	3,9%	270,9	23,5%
II.5 CIDE - Combustíveis	433,5	0,0	424,7	424,7	-	8,79	-2,0%
II.6 Demais	176,9	125,9	180,2	54,3	43,1%	3,22	1,8%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	118.792,2	126.817,9	136.425,9	9.608,0	7,6%	17.633,7	14,8%
IV. DESPESA TOTAL	100.787,5	147.846,9	105.356,8	-42.490,1	-28,7%	4.569,4	4,5%
IV.1 Benefícios Previdenciários	40.269,6	58.850,9	43.366,2	-15.484,7	-26,3%	3.096,63	7,7%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	24.213,8	29.963,3	25.614,9	-4.348,4	-14,5%	1.401,08	5,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	24.188,3	16.869,9	21.143,7	4.273,8	25,3%	-3.044,5	-12,6%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	5.693,4	4.186,4	5.517,8	1.331,5	31,8%	-175,5	-3,1%
IV.3.2 Anistiados	12,8	18,8	12,3	-6,5	-34,8%	-0,5	-4,0%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	44,8	51,0	42,5	-8,5	-16,6%	-2,3	-5,2%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.286,5	4.501,9	4.522,5	20,6	0,5%	236,0	5,5%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	398,5	462,9	64,4	16,2%	462,9	-
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	93,0	112,0	12,9	-99,1	-88,5%	-80,1	-86,1%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.069,3	892,4	890,1	-2,3	-0,3%	-179,2	-16,8%
IV.3.10 Convênios	8,8	53,7	0,0	-53,7	-100,0%	-8,8	-100,0%
IV.3.11 Doações	2,4	13,7	0,0	-13,7	-100,0%	-2,4	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	18,4	67,5	37,6	-29,8	-44,2%	19,2	104,6%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	2.615,0	1.779,6	2.915,9	1.136,3	63,9%	300,9	11,5%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	94,6	138,0	105,3	-32,7	-23,7%	10,7	11,3%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	2.072,9	159,2	-1.913,7	-92,3%	-3,3	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	102,3	173,4	84,7	-88,7	-51,1%	-17,6	-17,2%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	8.981,0	296.389	6.044,8	5.748,4	-	-2.936,2	-32,7%
IV.3.21 Transferências ANA	12,1	39,3	19,6	-19,7	-50,1%	7,5	61,6%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	15,4	76,2	35,8	-40,4	-53,0%	20,4	132,3%
IV.3.23 FIES	975,8	1.998,4	279,7	-1.718,7	-86,0%	-696,1	-71,3%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	12.115,8	42.162,8	15.232,0	-26.930,8	-63,9%	3.116,2	25,7%
IV.4.1 PAC	784,5	9.798,0	688,0	-9.110,1	-93,0%	-96,5	-12,3%
d/q MCMV	77,9	1.253,4	79,1	-1.174,3	-93,7%	1,2	1,6%
IV.4.3 Emissões de TDA	0,0	36,7	0,0	-36,7	-100,0%	0,00	-
IV.4.2 Demais Poder Executivo	10.799,1	30.188,7	13.821,7	-16.366,9	-54,2%	3.022,60	28,0%
IV.4.4 LEJU/MPU	532,2	2.139,4	722,3	-1.417,1	-66,2%	190,11	35,7%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	18.004,7	-21.029,0	31.069,0	52.098,1	-	13.064,3	72,6%
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	278,8	126,1					
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	7.067,3	-729,8					
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	941,8	-535,5					
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	26.292,6	-22.168,2					
X. JUROS NOMINAIS	-29.019,0	-27.439,4					
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	26.292,6	-22.168,2					

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Jan/18 - IPCA



Discriminação	2017	2017/2018		Diferença		Variação (%)		Diferença		Variação (%)	
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/18	Dez/18	Jan/18	Jan/18	Jan/18	Jan/17	Jan/17	Jan/17
I. RECEITA TOTAL	141.297,0	152.066,1	156.371,5	4.305,4	2,8%	15.074,6	10,7%				
I.1 - Receita Administrada pela RFB	99.497,6	77.263,3	109.849,0	32.585,7	42,2%	10.351,4	10,4%				
I.1.1 Imposto de Importação	2.669,3	2.630,4	3.242,6	612,2	23,3%	573,4	21,5%				
I.1.2 IPI	3.845,1	4.948,3	5.269,4	321,1	6,5%	1.424,3	37,0%				
I.1.3 Imposto de Renda	48.061,5	33.443,8	50.018,3	16.574,5	49,6%	1.956,8	4,1%				
I.1.4 IOF	2.961,9	3.312,1	2.968,8	-343,3	-10,4%	6,9	0,2%				
I.1.5 COFINS	19.392,2	20.172,6	23.457,8	3.285,2	16,3%	4.065,6	21,0%				
I.1.6 PIS/PASEP	5.392,0	5.265,6	6.440,3	1.174,7	22,3%	1.048,4	19,4%				
I.1.7 CSLL	14.885,7	4.829,4	15.170,1	10.340,8	214,1%	284,4	1,9%				
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
I.1.9 CIDE Combustíveis	513,8	466,7	458,4	-8,4	-1,8%	-55,4	-10,8%				
I.1.10 Outras	1.776,2	2.194,4	2.823,3	628,9	28,7%	1.047,1	59,0%				
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	-1.359,9	0,0	1.359,9	-100,0%	0,0	-				
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	27.665,4	49.310,0	28.912,3	-20.397,6	-41,4%	1.246,9	4,5%				
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	14.134,0	26.852,8	17.610,2	-9.242,6	-34,4%	3.476,2	24,6%				
I.4.1 Concessões e Permissões	362,0	14.540,5	423,6	-14.116,9	-97,1%	61,6	17,0%				
I.4.2 Dividendos e Participações	62,0	339,6	3,6	-336,0	-98,9%	-58,4	-94,1%				
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.054,4	1.240,5	1.025,7	-214,9	-17,3%	-28,8	-2,7%				
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	5.644,8	1.934,5	7.650,3	5.715,8	295,5%	2.005,5	35,5%				
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	986,0	1.158,9	1.078,9	-80,0	-6,9%	92,9	9,4%				
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.805,3	1.639,7	2.829,8	1.190,1	72,6%	24,5	0,9%				
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	399,6	462,9	63,3	15,8%	462,9	-				
I.4.8 Operações com Ativos	101,3	116,7	103,9	-12,9	-11,0%	2,5	2,5%				
I.4.9 Demais Receitas	3.118,1	5.482,7	4.031,6	-1.451,1	-26,5%	913,5	29,3%				
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	19.113,1	24.880,4	19.945,7	-4.934,7	-19,8%	832,5	4,4%				
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	15.688,1	21.782,3	16.290,0	-5.492,4	-25,2%	601,9	3,8%				
II.2 Fundos Constitucionais	652,9	631,7	647,9	16,1	2,6%	-5,0	-0,8%				
II.2.1 Repasse Total	1.044,7	1.182,0	1.077,3	-104,7	-8,9%	32,6	3,1%				
II.2.2 Superávit dos Fundos	-391,8	-550,2	-429,4	120,8	-22,0%	-37,6	9,6%				
II.3 Contribuição do Salário Educação	960,7	981,4	981,4	13,8	1,4%	20,7	2,2%				
II.4 Compensações Financeiras	1.183,6	1.372,4	1.421,6	49,2	3,6%	238,0	20,1%				
II.5 CIDE - Combustíveis	445,9	0,0	424,7	424,7	-	-21,2	-4,7%				
II.6 Demais	182,0	126,3	180,2	53,9	42,7%	-1,8	-1,0%				
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	122.183,8	127.185,7	136.425,9	9.240,1	7,3%	14.242,0	11,7%				
IV. DESPESA TOTAL	103.665,1	148.275,8	105.356,8	-42.918,9	-28,9%	1.691,8	1,6%				
IV.1 Benefícios Previdenciários	41.419,3	59.021,6	43.366,2	-15.655,4	-26,5%	1.946,9	4,7%				
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	24.905,1	30.050,2	25.614,9	-4.435,3	-14,8%	709,7	2,8%				
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	24.878,9	16.918,9	21.143,7	4.224,8	25,0%	-3.735,1	-15,0%				
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	5.855,9	4.198,5	5.517,8	1.319,3	31,4%	-338,1	-5,8%				
IV.3.2 Anistiados	13,1	18,9	12,3	-6,6	-35,0%	-0,9	-6,7%				
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	46,1	51,1	42,5	-8,6	-16,8%	-3,6	-7,8%				
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.408,9	4.514,9	4.522,5	7,6	0,2%	113,6	2,6%				
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	399,6	462,9	63,3	15,8%	462,9	-				
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	95,7	112,4	12,9	-99,4	-88,5%	-82,8	-86,5%				
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.099,9	895,0	890,1	-4,9	-0,5%	-209,8	-19,1%				
IV.3.10 Convênios	9,1	53,9	0,0	-53,9	-100,0%	-9,1	-100,0%				
IV.3.11 Doações	2,5	13,7	0,0	-13,7	-100,0%	-2,5	-100,0%				
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	18,9	67,7	37,6	-30,0	-44,4%	18,7	98,9%				
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	2.689,6	1.784,8	2.915,9	1.131,2	63,4%	226,3	8,4%				
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	97,3	138,4	105,3	-33,1	-23,9%	8,0	8,2%				
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	167,1	2.078,9	159,2	-1.919,8	-92,3%	-8,0	-4,8%				
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	105,2	173,9	84,7	-89,2	-51,3%	-20,5	-19,5%				
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	9.237,5	297,2	6.044,8	5.747,6	-	-3.192,6	-34,6%				
IV.3.21 Transferências ANA	12,5	39,4	19,6	-19,8	-50,2%	7,1	57,1%				
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	15,9	76,4	35,8	-40,6	-53,1%	19,9	125,8%				
IV.3.23 FIES	1.003,7	2.004,2	279,7	-1.724,5	-86,0%	-724,0	-72,1%				
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	12.461,8	42.285,1	15.232,0	-27.053,1	-64,0%	2.770,3	22,2%				
IV.4.1 PAC	806,9	9.826,4	688,0	-9.138,5	-93,0%	-118,9	-14,7%				
d/q MCMV	80,1	1.257,0	79,1	-1.177,9	-93,7%	-1,0	-1,3%				
IV.4.3 Emissões de TDA	0,0	36,8	0,0	-36,8	-100,0%	0,0	-				
IV.4.2 Demais Poder Executivo	11.107,5	30.276,2	13.821,7	-16.454,5	-54,3%	2.714,3	24,4%				
IV.4.4 LEJU/MPU	547,4	2.145,6	722,3	-1.423,3	-66,3%	174,9	32,0%				
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	18.518,8	-21.090,0	31.069,0	52.159,1	-	12.550,3	67,8%				
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	286,8	126,5	126,5	-	-	-	-				
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	7.269,0	-731,9	-731,9	-	-	-	-				
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	968,7	-537,0	-537,0	-	-	-	-				
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	27.043,2	-22.232,5	-22.232,5	-	-	-	-				
X. JUROS NOMINAIS	-29.847,5	-27.519,0	-27.519,0	-	-	-	-				
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-2.804,3	-49.751,5	-49.751,5	-	-	-	-				

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2017/2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/18 Dez/18		Jan/18 Jan/17	
I. RECEITA TOTAL	137.374,8	151.626,3	156.371,5	4.745,2	3,1%	18.996,8	13,8%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	96.735,7	77.039,8	109.849,0	32.809,2	42,6%	13.113,3	13,6%
I.1.1 Imposto de Importação	2.595,2	2.622,8	3.242,6	619,8	23,6%	647,4	24,9%
I.1.2 IPI	3.738,3	4.934,0	5.269,4	335,4	6,8%	1.531,0	41,0%
I.1.2.1 IPI - Fumo	208,1	345,4	530,5	185,0	53,6%	322,3	154,9%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	308,1	316,9	317,2	0,3	0,1%	9,2	3,0%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	374,0	398,6	407,7	9,1	2,3%	33,7	9,0%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.098,6	1.182,0	1.321,2	139,1	11,8%	222,6	20,3%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.749,5	2.691,0	2.692,8	1,8	0,1%	943,3	53,9%
I.1.3 Imposto de Renda	46.727,4	33.347,0	50.018,3	16.671,3	50,0%	3.290,9	7,0%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.599,2	1.359,4	1.810,4	450,9	33,2%	-788,8	-30,3%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	22.526,1	8.458,0	24.600,7	16.142,7	190,9%	2.074,6	9,2%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	21.602,1	23.529,6	23.607,3	77,7	0,3%	2.005,2	9,3%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	11.787,3	7.064,4	12.914,7	5.850,3	82,8%	1.127,4	9,6%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	5.485,3	11.162,8	5.184,4	-5.978,4	-53,6%	-300,9	-5,5%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	3.252,9	4.177,9	4.024,2	-153,7	-3,7%	771,2	23,7%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.076,6	1.124,5	1.483,9	359,5	32,0%	407,4	37,8%
I.1.4 IOF	2.879,7	3.302,5	2.968,8	-333,7	-10,1%	89,1	3,1%
I.1.5 COFINS	18.853,9	20.114,3	23.457,8	3.343,5	16,6%	4.603,9	24,4%
I.1.6 PIS/PASEP	5.242,3	5.250,4	6.440,3	1.189,9	22,7%	1.198,0	22,9%
I.1.7 CSLL	14.472,5	4.815,4	15.170,1	10.354,8	215,0%	697,6	4,8%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	499,5	465,4	458,4	-7,0	-1,5%	-41,2	-8,2%
I.1.10 Outras	1.726,9	2.188,0	2.823,3	635,3	29,0%	1.096,4	63,5%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	-1.356,0	0,0	1.356,0	-100,0%	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	26.897,5	49.167,4	28.912,3	-20.255,0	-41,2%	2.014,9	7,5%
I.3.1 Urbana	26.312,3	48.179,5	28.168,3	-20.011,2	-41,5%	1.856,1	7,1%
I.3.2 Rural	585,2	987,9	744,0	-243,9	-24,7%	158,8	27,1%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	13.741,6	26.775,1	17.610,2	-9.164,9	-34,2%	3.868,6	28,2%
I.4.1 Concessões e Permissões	351,9	14.498,4	423,6	-14.074,9	-97,1%	71,6	20,4%
I.4.2 Dividendos e Participações	60,3	338,7	3,6	-335,0	-98,9%	-56,6	-94,0%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.025,2	1.237,0	1.025,7	-211,3	-17,1%	0,5	0,0%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	5.488,1	1.928,9	7.650,3	5.721,4	296,6%	2.162,2	39,4%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	958,6	1.155,5	1.078,9	-76,6	-6,6%	120,3	12,5%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.727,5	1.635,0	2.829,8	1.194,8	73,1%	102,3	3,8%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	398,5	462,9	64,4	16,2%	462,9	-
I.4.8 Operações com Ativos	98,5	116,4	103,9	-12,5	-10,8%	5,4	5,4%
I.4.9 Demais Receitas	3.031,6	5.466,8	4.031,6	-1.435,2	-26,3%	1.000,0	33,0%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	18.582,6	24.808,4	19.945,7	-4.862,7	-19,6%	1.363,1	7,3%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	15.252,6	21.719,3	16.290,0	-5.429,4	-25,0%	1.037,4	6,8%
II.2 Fundos Constitucionais	634,8	629,9	647,9	18,0	2,9%	13,1	2,1%
II.2.1 Repasse Total	1.015,7	1.178,5	1.077,3	-101,3	-8,6%	61,6	6,1%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-380,9	-548,6	-429,4	119,2	-21,7%	-48,5	12,7%
II.3 Contribuição do Salário Educação	934,1	964,8	981,4	16,6	1,7%	47,4	5,1%
II.4 Compensações Financeiras	1.150,7	1.368,4	1.421,6	53,1	3,9%	270,9	23,5%
II.5 CIDE - Combustíveis	433,5	0,0	424,7	424,7	-	-8,8	-2,0%
II.6 Demais	176,9	125,9	180,2	54,3	43,1%	3,2	1,8%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	118.792,2	126.817,9	136.425,9	9.608,0	7,6%	17.633,7	14,8%

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Jan/18 - IPCA



Discriminação	2017	2017/2018		Diferença		Variação (%)	
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/18	Dez/18	Jan/18	Jan/17
I. RECEITA TOTAL	141.297,0	152.066,1	156.371,5	4.305,4	2,8%	15.074,6	10,7%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	99.497,6	77.263,3	109.849,0	32.585,7	42,2%	10.351,4	10,4%
I.1.1 Imposto de Importação	2.669,3	2.630,4	3.242,6	612,2	23,3%	573,4	21,5%
I.1.2 IPI	3.845,1	4.948,3	5.269,4	321,1	6,5%	1.424,3	37,0%
I.1.2.1 IPI - Fumo	214,1	346,4	530,5	184,0	53,1%	316,4	147,8%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	316,9	317,9	317,2	-0,6	-0,2%	0,4	0,1%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	384,7	399,8	407,7	7,9	2,0%	23,0	6,0%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.129,9	1.185,5	1.321,2	135,7	11,4%	191,2	16,9%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.799,4	2.698,8	2.692,8	-6,0	-0,2%	893,3	49,6%
I.1.3 Imposto de Renda	48.061,5	33.443,8	50.018,3	16.574,5	49,6%	1.956,8	4,1%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.673,4	1.363,4	1.810,4	447,0	32,8%	-863,0	-32,3%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	23.169,2	8.482,6	24.600,7	16.118,1	190,0%	1.431,5	6,2%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	22.218,9	23.597,8	23.607,3	9,4	0,0%	1.388,4	6,2%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	12.123,9	7.084,9	12.914,7	5.829,9	82,3%	790,9	6,5%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	5.641,9	11.195,2	5.184,4	-6.010,8	-53,7%	-457,5	-8,1%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	3.345,8	4.190,0	4.024,2	-165,9	-4,0%	678,4	20,3%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.107,3	1.127,7	1.483,9	356,2	31,6%	376,6	34,0%
I.1.4 IOF	2.961,9	3.312,1	2.968,8	-343,3	-10,4%	6,9	0,2%
I.1.5 COFINS	19.392,2	20.172,6	23.457,8	3.285,2	16,3%	4.065,6	21,0%
I.1.6 PIS/PASEP	5.392,0	5.265,6	6.440,3	1.174,7	22,3%	1.048,4	19,4%
I.1.7 CSLL	14.885,7	4.829,4	15.170,1	10.340,8	214,1%	284,4	1,9%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	513,8	466,7	458,4	-8,4	-1,8%	-55,4	-10,8%
I.1.10 Outras	1.776,2	2.194,4	2.823,3	628,9	28,7%	1.047,1	59,0%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	-1.359,9	0,0	1.359,9	-100,0%	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	27.665,4	49.310,0	28.912,3	-20.397,6	-41,4%	1.246,9	4,5%
I.3.1 Urbana	27.063,5	48.319,2	28.168,3	-20.150,9	-41,7%	1.104,8	4,1%
I.3.2 Rural	601,9	990,7	744,0	-246,7	-24,9%	142,1	23,6%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	14.134,0	26.852,8	17.610,2	-9.242,6	-34,4%	3.476,2	24,6%
I.4.1 Concessões e Permissões	362,0	14.540,5	423,6	-14.116,9	-97,1%	61,6	17,0%
I.4.2 Dividendos e Participações	62,0	339,6	3,6	-336,0	-98,9%	-58,4	-94,1%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.054,4	1.240,5	1.025,7	-214,9	-17,3%	-28,8	-2,7%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	5.644,8	1.934,5	7.650,3	5.715,8	295,5%	2.005,5	35,5%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	986,0	1.158,9	1.078,9	-80,0	-6,9%	92,9	9,4%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.805,3	1.639,7	2.829,8	1.190,1	72,6%	24,5	0,9%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	399,6	462,9	63,3	15,8%	462,9	-
I.4.8 Operações com Ativos	101,3	116,7	103,9	-12,9	-11,0%	2,5	2,5%
I.4.9 Demais Receitas	3.118,1	5.482,7	4.031,6	-1.451,1	-26,5%	913,5	29,3%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	19.113,1	24.880,4	19.945,7	-4.934,7	-19,8%	832,5	4,4%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	15.688,1	21.782,3	16.290,0	-5.492,4	-25,2%	601,9	3,8%
II.2 Fundos Constitucionais	652,9	631,7	647,9	16,1	2,6%	-5,0	-0,8%
II.2.1 Repasse Total	1.044,7	1.182,0	1.077,3	-104,7	-8,9%	32,6	3,1%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-391,8	-550,2	-429,4	120,8	-22,0%	-37,6	9,6%
II.3 Contribuição do Salário Educação	960,7	967,6	981,4	13,8	1,4%	20,7	2,2%
II.4 Compensações Financeiras	1.183,6	1.372,4	1.421,6	49,2	3,6%	238,0	20,1%
II.5 CIDE - Combustíveis	445,9	0,0	424,7	424,7	-	-21,2	-4,7%
II.6 Demais	182,0	126,3	180,2	53,9	42,7%	-1,8	-1,0%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	122.183,8	127.185,7	136.425,9	9.240,1	7,3%	14.242,0	11,7%

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2017/2018		Diferença		Variação (%)	
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/18	Dez/18	Jan/18	Jan/17
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	60,3	338,7	3,6	-335,0		-98,9%	-56,6
Banco do Brasil	0,0	120,1	0,0	-120,1		-100,0%	0,0
BNB	0,0	0,0	0,0	0,0		-	0,0
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0		-	0,0
Caixa	0,0	73,1	0,0	-73,1		-100,0%	0,0
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0		-	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0		-100,0%	0,0
IRB	0,0	0,0	0,0	0,0		-	0,0
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0		-	0,0
Demais	60,3	145,4	3,6	-141,8		-97,5%	-56,6

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Jan/18 - IPCA

Discriminação	2017	2017/2018		Diferença		Variação (%)	
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Dez/16	Nov/16	Dez/16	Dez/15
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	62,0	339,6	3,6	-336,0		-98,9%	-58,4
Banco do Brasil	0,0	120,4	0,0	-120,4		-100,0%	0,0
BNB	0,0	0,0	0,0	0,0		-	0,0
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0		-	0,0
Caixa	0,0	73,3	0,0	-73,3		-100,0%	0,0
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0		-	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0		-100,0%	0,0
IRB	0,0	0,0	0,0	0,0		-	0,0
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0		-	0,0
Demais	62,0	145,9	3,6	-142,2		-97,5%	-58,4

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2017/2018		Diferença		Variação (%)	
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/18	Dez/18	Jan/18	Jan/17
IV. DESPESA TOTAL	100.787,5	147.846,9	105.356,8	-42.490,1	-28,7%	4.569,4	4,5%
IV.1 Benefícios Previdenciários	40.269,6	58.850,9	43.366,2	-15.484,7	-26,3%	3.096,6	7,7%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	31.385,4	47.618,2	34.135,4	-13.482,8	-28,3%	2.750,0	8,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	301,6	705,8	237,7	-468,1	-66,3%	-63,9	-21,2%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	8.884,2	11.232,8	9.230,8	-2.002,0	-17,8%	346,6	3,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	85,8	167,6	64,7	-102,9	-61,4%	-21,1	-24,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	24.213,8	29.963,3	25.614,9	-4.348,4	-14,5%	1.401,1	5,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	135,6	176,6	63,2	-113,4	-64,2%	-72,4	-53,4%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	24.188,3	16.869,9	21.143,7	4.273,8	25,3%	-3.044,5	-12,6%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	5.693,4	4.186,4	5.517,8	1.331,5	31,8%	-175,5	-3,1%
Abono	2.422,7	1.400,0	2.359,0	959,0	68,5%	-63,7	-2,6%
Seguro Desemprego	3.270,7	2.786,4	3.158,8	372,5	13,4%	-111,9	-3,4%
d/q Seguro Defeso	282,9	195,0	197,6	2,7	1,4%	-85,3	-30,1%
IV.3.2 Anistia	12,8	18,8	12,3	-6,5	-34,8%	-0,5	-4,0%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	44,8	51,0	42,5	-8,5	-16,6%	-2,3	-5,2%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.286,5	4.501,9	4.522,5	20,6	0,5%	236,0	5,5%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	45,5	93,7	29,0	-64,7	-69,1%	-16,6	-36,4%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	398,5	462,9	64,4	16,2%	462,9	-
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	93,0	112,0	12,9	-99,1	-88,5%	-80,1	-86,1%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.069,3	892,4	890,1	-2,3	-0,3%	-179,2	-16,8%
IV.3.10 Convênios	8,8	53,7	0,0	-53,7	-100,0%	-8,8	-100,0%
IV.3.11 Doações	2,4	13,7	0,0	-13,7	-100,0%	-2,4	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	18,4	67,5	37,6	-29,8	-44,2%	19,2	104,6%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	2.615,0	1.779,6	2.915,9	1.136,3	63,9%	300,9	11,5%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	94,6	138,0	105,3	-32,7	-23,7%	10,7	11,3%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	2.072,9	159,2	-1.913,7	-92,3%	-3,3	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	102,3	173,4	84,7	-88,7	-51,1%	-17,6	-17,2%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	8.981,0	296,4	6.044,8	5.748,4	-	-2.936,2	-32,7%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	8.907,2	146,4	6.046,2	5.899,8	-	-2.861,0	-32,1%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	1.078,6	10,1	601,3	591,2	-	-477,3	-44,2%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.163,0	10,0	846,0	836,0	-	-317,0	-27,3%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	35,4	34,6	58,6	24,0	69,2%	23,2	65,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	40,7	0,0	37,5	37,5	-	-3,3	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	-5,4	20,9	9,4	-11,5	-55,1%	14,8	-
Garantia à Sustentação de Preços	0,0	13,8	11,8	-2,0	-14,5%	11,8	-
IV.3.20.1.4 Pronaf	2.042,3	20,5	1.451,7	1.431,3	-	-590,5	-28,9%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	2.029,2	26,2	1.458,7	1.432,5	-	-570,5	-28,1%
Concessão de Financiamento	13,1	-5,8	-7,0	-1,2	21,2%	-20,1	-
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	119,1	-1,5	76,3	77,8	-	-42,8	-35,9%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	47,1	35,4	53,3	17,9	50,6%	6,2	13,2%
Concessão de Financiamento	72,0	-36,9	23,0	59,9	-	-49,0	-68,1%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	42,2	28,1	155,3	127,2	453,4%	113,0	267,6%
IV.3.20.1.7 Alcool	25,6	0,0	16,3	16,3	-	-9,3	-
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-10,5	36,1	-19,4	-55,5	-	-8,9	85,4%
IV.3.20.1.12 Funcafé	12,7	16,2	6,7	-9,6	-58,9%	-6,1	-47,6%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	9,2	0,0	5,4	5,4	-	-3,8	-41,2%
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	4.363,2	1,8	2.826,0	2.824,2	-	-1.537,2	-35,2%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	3,2	0,0	3,4	3,4	-	0,2	7,1%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	23,1	0,0	21,4	21,4	-	-1,8	-
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-9,4	-2,9	6,6	-69,7%	-2,9	-
IV.3.20.2 Proagro	73,9	150,0	0,0	-150,0	-100,0%	-73,9	-100,0%
IV.3.20.3 PNAFE	0,0	0,0	-1,3	-1,3	-	-1,3	-
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	12,1	39,3	19,6	-19,7	-50,1%	7,5	61,6%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	15,4	76,2	35,8	-40,4	-53,0%	20,4	132,3%
IV.3.23 FIES	975,8	1.998,4	279,7	-1.718,7	-86,0%	-696,1	-71,3%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	12.115,8	42.162,8	15.232,0	-26.930,8	-63,9%	3.116,2	25,7%
IV.4.1 Discricionárias Executivo	11.583,6	40.023,4	14.509,7	-25.513,7	-63,7%	2.926,1	25,3%
IV.4.1.1 PAC	784,5	9.798,0	688,0	-9.110,1	-93,0%	-96,5	-12,3%
d/q MCMV	77,9	1.253,4	79,1	-1.174,3	-93,7%	1,2	1,6%
IV.4.1.2 Demais	10.799,1	30.188,7	13.821,7	-16.366,9	-54,2%	3.022,6	28,0%
Min. da Saúde	4.500,1	9.800,6	7.165,2	-2.635,4	-26,9%	2.665,0	59,2%
Min. do Des. Social	2.613,2	4.816,6	2.522,5	-2.294,1	-47,6%	-90,7	-3,5%
Min. da Educação	1.721,2	6.072,4	1.264,2	-4.808,2	-79,2%	-457,0	-26,6%
Demais	1.964,6	9.499,0	2.869,8	-6.629,2	-69,8%	905,3	46,1%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	0,0	36,7	0,0	-36,7	-100,0%	0,0	-
IV.4.2 LEJU/MPU	532,2	2.139,4	722,3	-1.417,1	-66,2%	190,1	35,7%
Legislativo	62,4	239,3	108,0	-131,3	-54,9%	45,6	73,1%
Judiciário	365,9	1.377,0	486,5	-890,6	-64,7%	120,6	33,0%
Demais	103,9	523,0	127,8	-395,2	-75,6%	23,9	23,0%

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Jan/18 - IPCA



Discriminação	2017 Janeiro	2017/2018 Dezembro	2017/2018 Janeiro	Diferença Jan/18 Dez/18	Variação (%) Jan/18 Dez/18	Diferença Jan/18 Jan/17	Variação (%) Jan/18 Jan/17
IV. DESPESA TOTAL	103.665,1	148.275,8	105.356,8	-42.918,9	-28,9%	1.691,8	1,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	41.419,3	59.021,6	43.366,2	-15.655,4	-26,5%	1.946,9	4,7%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	32.281,5	47.756,3	34.135,4	-13.620,9	-28,5%	1.853,9	5,7%
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	310,2	707,9	237,7	-470,2	-66,4%	-72,5	-23,4%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	9.137,9	11.265,4	9.230,8	-2.034,5	-18,1%	93,0	1,0%
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	88,3	168,1	64,7	-103,4	-61,5%	-23,6	-26,7%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	24.905,1	30.050,2	25.614,9	-4.435,3	-14,8%	709,7	2,8%
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	139,5	177,1	63,2	-113,9	-64,3%	-76,2	-54,7%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	24.878,9	16.918,9	21.143,7	4.224,8	25,0%	-3.735,1	-15,0%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	5.855,9	4.198,5	5.517,8	1.319,3	31,4%	-338,1	-5,8%
<i>Abono</i>	2.491,9	1.404,1	2.359,0	954,9	68,0%	-132,9	-5,3%
<i>Seguro Desemprego</i>	3.364,1	2.794,4	3.158,8	364,4	13,0%	-205,2	-6,1%
<i>d/q Seguro Defeso</i>	291,0	195,5	197,6	2,1	1,1%	-93,4	-32,1%
IV.3.2 Anistiados	13,1	18,9	12,3	-6,6	-35,0%	-0,9	-6,7%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	46,1	51,1	42,5	-8,6	-16,8%	-3,6	-7,8%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.408,9	4.514,9	4.522,5	7,6	0,2%	113,6	2,6%
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	46,8	93,9	29,0	-65,0	-69,2%	-17,9	-38,2%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	399,6	462,9	63,3	15,8%	462,9	-
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	95,7	112,4	12,9	-99,4	-88,5%	-82,8	-86,5%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.099,9	895,0	890,1	-4,9	-0,5%	-209,8	-19,1%
IV.3.10 Convênios	9,1	53,9	0,0	-53,9	-100,0%	-9,1	-100,0%
IV.3.11 Doações	2,5	13,7	0,0	-13,7	-100,0%	-2,5	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	18,9	67,7	37,6	-30,0	-44,4%	18,7	98,9%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	2.689,6	1.784,8	2.915,9	1.131,2	63,4%	226,3	8,4%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	97,3	138,4	105,3	-33,1	-23,9%	8,0	8,2%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	167,1	2.078,9	159,2	-1.919,8	-92,3%	-8,0	-4,8%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	105,2	173,9	84,7	-89,2	-51,3%	-20,5	-19,5%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	9.237,5	297,2	6.044,8	5.747,6	-	-3.192,6	-34,6%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	9.161,5	146,8	6.046,2	5.899,4	-	-3.115,3	-34,0%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	1.109,4	10,1	601,3	591,2	-	-508,0	-45,8%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.196,2	10,0	846,0	836,0	-	-350,2	-29,3%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	36,4	34,7	58,6	23,9	68,7%	22,2	61,2%
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	41,9	0,0	37,5	37,5	-	-4,4	-
<i>Equalização Aquisições do Governo Federal</i>	-5,5	20,9	9,4	-11,6	-55,3%	14,9	-
<i>Garantia à Sustentação de Preços</i>	0,0	13,8	11,8	-2,0	-14,8%	11,8	-
IV.3.20.1.4 Pronaf	2.100,6	20,5	1.451,7	1.431,2	-	-648,8	-30,9%
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	2.087,1	26,3	1.458,7	1.432,4	-	-628,4	-30,1%
<i>Concessão de Financiamento</i>	13,4	-5,8	-7,0	-1,2	20,8%	-20,4	-
<i>Aquisição</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	122,5	-1,5	76,3	77,8	-	-46,2	-37,7%
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	48,4	35,5	53,3	17,8	50,1%	4,9	10,1%
<i>Concessão de Financiamento</i>	74,1	-37,0	23,0	60,0	-	-51,1	-68,9%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	43,4	28,1	155,3	127,1	451,8%	111,8	257,4%
IV.3.20.1.7 Alcool	26,4	0,0	16,3	16,3	-	-10,1	-
IV.3.20.1.8 Cacao	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-10,8	36,2	-19,4	-55,6	-	-8,6	80,3%
IV.3.20.1.12 Funcafé	13,1	16,3	6,7	-9,6	-59,0%	-6,4	-49,1%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	9,5	0,0	5,4	5,4	-	-4,1	-
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	4.487,8	1,8	2.826,0	2.824,2	-	-1.661,8	-37,0%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	3,3	0,0	3,4	3,4	-	0,1	4,1%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDGO	23,8	0,0	21,4	21,4	-	-2,4	-
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-9,5	-2,9	6,6	-69,8%	-2,9	-
IV.3.20.2 Proagro	76,0	150,4	0,0	-150,4	-100,0%	-76,0	-100,0%
IV.3.20.3 PNAFE	0,0	0,0	-1,3	-1,3	-	-1,3	-
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	12,5	39,4	19,6	-19,8	-50,2%	7,1	57,1%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	15,9	76,4	35,8	-40,6	-53,1%	19,9	125,8%
IV.3.23 FIES	1.003,7	2.004,2	279,7	-1.724,5	-86,0%	-724,0	-72,1%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	12.461,8	42.285,1	15.232,0	-27.053,1	-64,0%	2.770,3	22,2%
IV.4.1 Discricionárias Executivas	11.914,3	40.139,5	14.509,7	-25.629,8	-63,9%	2.595,4	21,8%
IV.4.1.1 PAC	806,9	9.826,4	688,0	-9.138,5	-93,0%	-118,9	-14,7%
<i>d/q MCMV</i>	80,1	1.257,0	79,1	-1.177,9	-93,7%	-1,0	-1,3%
IV.4.1.2 Demais	11.107,5	30.276,2	13.821,7	-16.454,5	-54,3%	2.714,3	24,4%
<i>Min. da Saúde</i>	4.628,6	9.829,0	7.165,2	-2.663,9	-27,1%	2.536,5	54,8%
<i>Min. da Des. Social</i>	2.687,8	4.830,6	2.522,5	-2.308,0	-47,8%	-165,3	-6,1%
<i>Min. da Educação</i>	1.770,3	6.090,1	1.264,2	-4.825,9	-79,2%	-506,1	-28,6%
<i>Demais</i>	2.020,7	9.526,6	2.869,8	-6.656,7	-69,9%	849,2	42,0%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	0,0	36,8	0,0	-36,8	-100,0%	0,0	-
IV.4.2 LEJU/MPU	547,4	2.145,6	722,3	-1.423,3	-66,3%	174,9	32,0%
<i>Legislativo</i>	64,2	240,0	108,0	-132,0	-55,0%	43,8	68,3%
<i>Judiciário</i>	376,3	1.381,0	486,5	-894,6	-64,8%	110,1	29,3%
<i>Demais</i>	106,9	524,6	127,8	-396,7	-75,6%	21,0	19,6%

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	Jan/2017						Jan/2018					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ^{2/}			Dotação autorizada no ano ^{4/}	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ^{2/}		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar ^{3/} pagos	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar ^{3/} pagos	Total
INVESTIMENTO TOTAL	67.693,2	231,0	26,0	15,5	1.183,1	1.198,6	54.773,7	1.471,6	24,1	2,5	1.486,7	1.489,2
Câmara dos Deputados	130,3	1,0	0,0	0,0	0,9	0,9	127,7	2,6	0,0	0,0	0,3	0,3
Senado Federal	30,1	1,1	0,0	0,0	0,4	0,4	49,6	2,5	0,0	0,0	1,9	2,0
Tribunal de Contas da União	61,6	5,0	0,0	0,0	5,7	5,7	22,4	2,7	0,0	0,0	0,6	0,6
Supremo Tribunal Federal	26,1	0,0	0,0	0,0	0,3	0,3	41,9	1,1	0,0	0,0	4,6	4,6
Superior Tribunal de Justiça	30,2	0,0	0,0	0,0	0,8	0,8	33,5	0,0	0,0	0,0	2,1	2,1
Justiça Federal	394,9	13,5	0,6	0,6	3,0	3,6	281,4	21,8	0,1	0,1	19,5	19,5
Justiça Militar	6,9	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	9,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Justiça Eleitoral	505,1	4,3	0,0	0,0	7,5	7,5	476,8	26,5	0,0	0,0	8,9	8,9
Justiça do Trabalho	612,8	38,2	0,0	0,0	8,7	0,0	694,1	194,9	0,0	0,0	24,8	24,8
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	127,7	0,4	0,0	0,0	1,1	1,1	25,1	0,4	0,0	0,0	11,2	11,2
Conselho Nacional de Justiça	46,0	0,1	0,0	0,0	0,8	0,8	49,9	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Presidência da República ^{5/}	1.225,3	0,7	0,0	0,0	6,4	6,4	1.225,9	4,6	0,1	0,1	46,8	46,9
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.260,8	0,1	0,0	0,0	1,6	1,6	2.304,9	1,8	0,0	0,0	12,9	12,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.160,2	0,0	0,0	0,0	16,2	16,2	902,0	0,0	0,0	0,0	13,5	13,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.313,0	25,1	11,1	2,7	33,0	35,7	706,8	202,6	16,1	0,0	38,1	38,2
Ministério da Fazenda	1.939,4	5,9	0,8	0,8	16,0	16,8	1.188,8	92,0	0,0	0,0	20,1	20,1
Ministério da Educação	6.692,6	7,3	1,4	0,3	168,7	169,0	5.268,5	52,6	0,2	0,2	136,2	136,4
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	82,5	1,6	0,0	0,0	0,3	0,3	107,4	2,9	0,0	0,0	1,2	1,2
Defensoria Pública da União	30,3	1,2	0,0	0,0	0,5	0,5	7,0	0,4	0,0	0,0	3,0	3,0
Ministério da Justiça	1.336,7	0,2	0,0	0,0	59,3	59,3	1.392,5	43,8	0,0	0,0	379,5	379,5
Ministério de Minas e Energia	71,2	0,2	0,0	0,0	0,7	0,7	80,1	1,2	0,0	0,0	1,5	1,5
Ministério da Previdência Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério Público da União	260,7	0,0	0,0	0,0	3,6	3,6	92,0	0,5	0,0	0,0	13,7	13,7
Ministério das Relações Exteriores	28,7	0,0	0,0	0,0	0,6	0,6	61,5	0,0	0,0	0,0	5,8	5,8
Ministério da Saúde	7.278,6	36,6	12,0	11,0	67,8	78,7	5.431,0	20,0	2,5	2,0	42,6	44,6
Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU	14,9	0,2	0,0	0,0	0,1	0,1	18,5	0,0	0,0	0,0	0,5	0,5
Ministério do Trabalho e Emprego	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério dos Transportes	14.522,5	0,1	0,0	0,0	348,9	348,9	11.125,2	0,7	0,0	0,0	320,7	320,7
Ministério do Trabalho e Previdência Social	99,4	0,1	0,0	0,0	1,1	1,1	64,2	0,0	0,0	0,0	27,7	27,7
Ministério das Comunicações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério da Cultura	382,0	0,7	0,0	0,0	3,5	3,5	228,2	0,0	0,0	0,0	13,3	13,3
Ministério do Meio Ambiente	599,1	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	99,6	0,8	0,0	0,0	1,1	1,1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0,0	0,0	0,0	0,0	15,7	15,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério do Esporte	775,7	0,0	0,0	0,0	22,9	22,9	654,0	0,0	0,0	0,0	3,2	3,2
Ministério da Defesa	9.987,4	58,5	0,0	0,0	174,8	174,8	10.157,5	168,6	4,9	0,0	176,5	176,5
Ministério da Integração Nacional	5.415,1	28,8	0,0	0,0	87,9	87,9	4.477,4	228,8	0,0	0,0	72,1	72,1
Ministério do Turismo	488,7	0,0	0,0	0,0	14,2	14,2	808,1	0,0	0,0	0,0	20,8	20,8
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	406,3	0,0	0,0	0,0	1,8	1,8	164,4	30,1	0,0	0,0	23,4	23,4
Ministério das Cidades	10.324,9	0,0	0,0	0,0	104,5	104,5	6.297,6	367,5	0,0	0,0	23,3	23,3
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério da Pesca e Agricultura	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conselho Nacional do Ministério Público	4,8	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	5,1	0,1	0,0	0,0	1,1	1,1
Advocacia Geral da União	20,8	0,0	0,0	0,0	0,5	0,5	16,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Ministério dos Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	77,8	0,0	0,0	0,0	13,7	13,7

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

2/ Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

3/ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

4/ Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 598/12 em 03 de junho de 2013.

5/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2017	2017/2018		Diferença		Variação (%)	
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/18 Dez/18		Jan/18 Jan/17	
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	9.973,7	9.472,6	10.947,1	1.474,5	5,3%	973,4	9,8%
Emissão de Títulos	0,0	0,0	2.638,3	2.638,3	-	2.638,3	-
Remuneração das Disponibilidades	8.639,6	8.338,6	7.191,8	-1.146,8	-13,8%	-1.447,8	-16,8%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	1.334,1	1.134,0	1.116,9	-17,1	-1,5%	-217,1	-16,3%
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. DESPESAS NO BACEN	84.500,0	0,0	81.000,0	81.000,0	-	-3.500,0	-4,1%
Resgate de Títulos	81.000,0	0,0	62.000,0	62.000,0	-	-19.000,0	-23,5%
Encargos da DPMF	3.500,0	0,0	19.000,0	19.000,0	-	15.500,0	442,9%
3. RESULTADO (1 - 2)	-74.526,3	9.472,6	-70.052,9	-79.525,5	-	4.473,4	-6,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2017	2017/2018		Diferença	Variação (%)		Diferença	Variação (%)	
	Janeiro	Dezembro	Janeiro		Jan/18 Dez/18			Jan/18 Jan/17	
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	1.954.537,4	2.330.996,2	2.392.517,2	61.520,9	2,6%		437.979,8	22,4%	
Dívida Interna	4.480.538,8	5.062.042,8	5.039.051,7	-22.991,1	-0,5%		558.512,9	12,5%	
DPMFI em Poder do Público ^{1/}	2.938.554,6	3.435.485,1	3.405.463,0	-30.022,1	-0,9%		466.908,3	15,9%	
LFT	895.301,0	1.112.709,9	1.135.595,3	22.885,4	2,1%		240.294,3	26,8%	
LTN	697.898,1	857.382,8	815.112,5	-42.270,3	-4,9%		117.214,4	16,8%	
NTN-B	899.890,2	949.679,6	963.792,7	14.113,1	1,5%		63.902,5	7,1%	
NTN-C	85.175,6	73.975,9	72.796,1	-1.179,8	-1,6%		-12.379,5	-14,5%	
NTN-F	310.488,4	389.583,9	367.220,6	-22.363,3	-5,7%		56.732,2	18,3%	
Dívida Securitizada	8.114,8	7.067,9	6.705,8	-362,2	-5,1%		-1.409,0	-17,4%	
Demais Títulos em Poder do Público	41.686,6	45.085,1	44.240,0	-845,0	-1,9%		-	6,1%	
DPMFI em Poder do Banco Central	1.572.321,4	1.659.452,6	1.670.284,8	10.832,2	0,7%		97.963,3	6,2%	
LFT	461.059,4	530.218,8	547.413,3	17.194,5	3,2%		86.353,9	18,7%	
LTN	375.272,9	404.555,9	389.278,3	-15.277,6	-3,8%		14.005,4	3,7%	
Demais Títulos na Carteira do BCB	735.989,1	724.677,9	733.593,1	8.915,2	1,2%		-2.396,0	-0,3%	
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-38.256,0	-37.500,7	-41.298,6	-3.797,9	10,1%		-3.042,5	8,0%	
Demais Obrigações Internas	7.918,7	4.605,8	4.602,5	-3,3	-0,1%		-3.316,2	-41,9%	
Haveres Internos	2.526.001,4	2.731.046,5	2.646.534,5	-84.512,0	-3,1%		120.533,2	4,8%	
Disponibilidades Internas	914.853,5	1.081.140,9	987.539,6	-93.601,4	-8,7%		72.686,0	7,9%	
Haveres junto aos Governos Regionais	560.411,9	576.977,3	578.274,7	1.297,4	0,2%		17.862,8	3,2%	
Bônus Renegociados	4.829,7	5.105,7	4.864,8	-240,9	-4,7%		35,2	0,7%	
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	616,6	546,9	540,5	-6,5	-1,2%		-76,1	-12,3%	
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	15.458,7	16.851,3	17.251,4	400,1	2,4%		1.792,7	11,6%	
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	-		0,0	-	
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	11.297,4	9.735,3	9.629,3	-106,0	-1,1%		-1.668,1	-14,8%	
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	492.432,4	510.746,0	512.242,4	1.496,4	0,3%		19.810,0	4,0%	
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	32.428,6	31.753,0	31.701,7	-51,3	-0,2%		-726,9	-2,2%	
Antecipação de Royalties	3.283,2	2.226,5	2.032,3	-194,2	-8,7%		-1.250,9	-38,1%	
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	65,4	12,5	12,4	-0,1	-1,0%		-53,0	-81,0%	
Haveres da Administração Indireta	469.914,3	523.032,7	527.053,9	4.021,2	0,8%		57.139,7	12,2%	
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	228.486,6	244.582,6	245.701,0	1.118,4	0,5%		17.214,4	7,5%	
Fundos Constitucionais Regionais	116.935,7	127.993,0	129.121,0	1.128,0	0,9%		12.185,3	10,4%	
Fundos Diversos	124.492,1	150.457,2	152.232,0	1.774,8	1,2%		27.740,0	22,3%	
Haveres Administrados pela STN	580.821,6	549.895,5	553.666,3	3.770,8	0,7%		-27.155,3	-4,7%	
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	200,8	197,4	18,0	-179,4	-90,9%		-182,8	-91,0%	
Haveres de Operações Estruturadas	21.845,6	18.771,3	18.285,2	-486,1	-2,6%		-3.560,5	-16,3%	
Haveres Originários de Privatizações	0,0	0,0	0,0	0,0	-		0,0	-	
Haveres de Legislação Específica	534.634,9	508.232,9	512.894,1	4.661,2	0,9%		-21.740,8	-4,1%	
Demais Haveres Administrados pela STN	24.140,3	22.694,0	22.469,0	-225,0	-1,0%		-1.671,3	-6,9%	
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	113.818,0	122.906,8	121.998,2	-908,5	-0,7%		8.180,2	7,2%	
Dívida Externa	114.798,7	123.786,2	122.846,5	-939,7	-0,8%		8.047,8	7,0%	
Dívida Mobiliária	104.259,8	111.323,3	110.221,4	-1.101,9	-1,0%		5.961,6	5,7%	
Euro	4.560,8	4.044,2	4.024,6	-19,5	-0,5%		-536,2	-11,8%	
Global US\$	89.303,7	96.462,7	95.812,6	-650,1	-0,7%		6.508,9	7,3%	
Global BRL	10.395,3	10.816,4	10.384,1	-432,3	-4,0%		-11,2	-0,1%	
Demais Títulos Externos	0,0	0,0	0,0	0,0	-		0,0	-	
Dívida Contratual	10.538,9	12.462,9	12.625,1	162,2	1,3%		2.086,1	19,8%	
Organismos Multilaterais	3.509,7	3.487,6	3.216,0	-271,6	-7,8%		-293,7	-8,4%	
Credores Privados e Ag. Governamentais	7.029,2	8.975,4	9.409,1	433,8	4,8%		2.379,9	33,9%	
Haveres Externos	980,7	879,4	848,2	-31,2	-3,5%		-132,5	-13,5%	
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	980,7	879,4	848,2	-31,2	-3,5%		-132,5	-13,5%	
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREIRO NACIONAL (1+2)	2.068.355,5	2.453.903,0	2.514.515,4	60.612,4	2,5%		446.160,0	21,6%	
4. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREIRO NACIONAL/PIB ^{2/}	32,8%	37,4%	38,2%	0,8%	2,1%		5,45%	16,6%	

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2017/2018		Diferença Jan/18 Dez/18	Variação (%) Jan/18 Dez/18	Diferença Jan/18 Jan/17	Variação (%) Jan/18 Jan/17
	Janeiro	Dezembro	Janeiro				
I.1 - Receita Administrada pela RFB	97.688,2	81.342,5	111.034,5	29.692,0	36,5%	13.346,3	13,7%
I.1.1 Imposto de Importação	2.687,2	2.631,2	3.238,7	607,5	23,1%	551,5	20,5%
I.1.2 IPI	3.804,8	4.490,8	4.655,9	165,2	3,7%	851,2	22,4%
I.1.2.1 IPI - Fumo	208,1	336,5	530,5	194,0	57,6%	322,3	154,9%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	302,1	313,6	316,5	2,9	0,9%	14,4	4,8%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	373,4	391,3	396,8	5,5	1,4%	23,4	6,3%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.102,1	1.185,1	1.321,7	136,6	11,5%	219,5	19,9%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.819,1	2.264,3	2.090,5	-173,8	-7,7%	271,5	14,9%
I.1.3 Imposto de Renda	47.146,9	35.503,0	48.552,5	13.049,5	36,8%	1.405,6	3,0%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.596,6	1.226,0	1.509,4	-0,5	23,1%	-1.087,1	-41,9%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	22.929,1	7.934,0	23.996,8	16.062,8	202,5%	1.067,8	4,7%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	21.621,3	26.343,0	23.046,3	-3.296,7	-12,5%	1.424,9	6,6%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	12.016,7	10.053,9	12.799,4	2.745,5	27,3%	782,6	6,5%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	5.395,0	11.125,7	5.112,4	-6.013,3	-54,0%	-282,6	-5,2%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	3.133,8	4.140,4	3.893,4	-247,0	-6,0%	759,7	24,2%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.075,8	1.023,0	1.241,1	218,1	21,3%	165,2	15,4%
I.1.4 IOF	2.990,3	3.275,9	2.905,5	-370,4	-11,3%	-84,8	-2,8%
I.1.5 COFINS	19.076,5	20.377,0	22.231,8	1.854,8	9,1%	3.155,3	16,5%
I.1.6 PIS/PASEP	5.286,1	5.313,7	6.026,0	712,3	13,4%	739,9	14,0%
I.1.7 CSLL	14.449,2	4.396,9	14.396,2	9.999,3	227,4%	-53,0	-0,4%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	499,5	448,5	444,8	-3,7	-0,8%	-54,7	-11,0%
I.1.10 Outras	1.747,6	4.905,5	8.583,0	3.677,5	75,0%	6.835,4	391,1%

Tabela 9.1. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2017/2018		Diferença		Varição (%)	Diferença		Varição (%)
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/18	Dez/18		Jan/18	Jan/17	
I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	17.618,0	25.513,3	19.843,4	-5.669,9	-22,2%		2.225,4		12,6%
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	15.252,6	21.719,3	16.290,0	-5.429,4	-25,0%		1.037,4		6,8%
I.2 Fundos Constitucionais	-205,1	1.334,8	640,5	-694,3	-52,0%		845,6		-
I.2.1 Repasse Total	175,8	1.883,5	1.069,9	-813,6	-43,2%		894,1		508,5%
I.2.2 Superávit dos Fundos	-380,9	-548,6	-429,4	119,2	-21,7%		-48,5		12,7%
I.3 Contribuição do Salário Educação	934,2	964,8	981,4	16,6	1,7%		47,2		5,1%
I.4 Compensações Financeiras	1.025,8	1.368,4	1.326,6	-41,8	-3,1%		300,8		29,3%
I.5 CIDE - Combustíveis	433,5	0,0	424,7	424,7	-		-8,8		-2,0%
I.6 Demais	176,9	125,9	180,2	54,3	43,1%		3,2		1,8%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	0,0	0,0	0,0	0,0	-		-		-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	9,4	11,9	9,7	-2,2	-18,4%		0,3		3,7%
I.6.3 IOF Ouro	1,7	1,7	1,5	-0,2	-13,4%		-0,2		-13,0%
I.6.4 ITR	73,3	112,3	79,0	-33,3	-29,6%		5,7		7,8%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	92,6	0,0	90,0	90,0	-		-2,6		-2,8%
II. DESPESA TOTAL	99.593,2	137.366,2	103.031,9	-34.334,3	-25,0%		3.438,8		3,5%
II.1 Benefícios Previdenciários	40.943,0	51.369,8	43.954,0	-7.415,8	-14,4%		3.011,0		7,4%
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	31.672,6	40.527,0	34.450,0	-6.077,0	-15,0%		2.777,3		8,8%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	8.881,1	9.982,1	9.201,2	-780,9	-7,8%		320,1		3,6%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	389,3	860,7	302,8	-557,9	-64,8%		-86,5		-22,2%
II.1.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.653,5	26.942,5	23.441,3	-3.501,1	-13,0%		1.787,8		8,3%
II.3 Outras Despesas Obrigatórias	24.806,8	18.296,2	21.967,8	3.671,6	20,1%		-2.839,0		-11,4%
II.3.1 Abono e seguro desemprego	5.692,6	4.186,4	5.674,2	1.487,9	35,5%		-18,4		-0,3%
II.3.2 Anistiados	15,7	12,3	21,2	8,9	72,2%		5,6		35,6%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	0,0	-		0,0		-
II.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-		0,0		-
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	41,3	48,9	43,9	-5,0	-10,3%		2,5		6,1%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.329,9	4.505,4	4.539,8	34,4	0,8%		209,9		4,8%
II.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	398,5	462,9	64,4	16,2%		462,9		-
II.3.8 Créditos Extraordinários	151,2	161,8	18,4	-143,4	-88,7%		-132,9		-87,9%
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.069,3	892,4	890,1	-2,3	-0,3%		-179,2		-16,8%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	20,4	89,7	11,4	-78,2	-87,3%		-9,0		-44,0%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	18,4	67,5	37,6	-29,8	-44,2%		19,2		104,6%
II.3.12 FUNDEB (Complem. União)	2.615,0	889,8	2.915,9	2.026,1	227,7%		300,9		11,5%
II.3.13 Fundo Constitucional DF	90,3	139,3	106,7	-32,6	-23,4%		16,4		18,2%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	518,1	2.197,0	659,9	-1.537,1	-70,0%		141,9		27,4%
II.3.15 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	2.072,9	159,2	-1.913,7	-92,3%		-3,3		-2,1%
II.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-		0,0		-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-		0,0		-
II.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	101,2	172,9	79,0	-93,9	-54,3%		-22,2		-21,9%
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	8.978,6	311,7	6.048,9	5.737,2	-		-2.929,7		-32,6%
II.3.19.1 Equalização de custeio agropecuário	1.078,6	10,1	601,3	591,2	-		-477,3		-44,2%
II.3.19.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.163,0	10,0	846,0	836,0	-		-317,0		-27,3%
II.3.19.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	40,7	0,0	37,5	37,5	-		-3,3		-8,0%
II.3.19.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	-5,4	20,9	9,4	-11,5	-55,1%		14,8		-
II.3.19.5 Garantia à Sustentação de Preços	0,0	13,8	11,8	-2,0	-14,5%		11,8		-
II.3.19.6 Pronaf	2.042,3	20,5	1.451,7	1.431,3	-		-590,5		-28,9%
II.3.19.7 Proex	119,1	-1,5	76,3	77,8	-		-42,8		-35,9%
II.3.19.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	42,2	28,1	155,3	127,2	453,4%		113,0		267,6%
II.3.19.9 Alcool	25,6	0,0	16,3	16,3	-		-9,3		-36,4%
II.3.19.10 Fundo da terra/ INCRA	-10,5	51,4	-17,0	-68,4	-		-6,5		62,0%
II.3.19.11 Funcafé	13,8	16,2	8,3	-7,9	-49,0%		-5,5		-39,9%
II.3.19.12 Revitaliza	5,8	0,0	5,4	5,4	-		-0,4		-6,1%
II.3.19.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	4.363,2	1,8	2.826,0	2.824,2	-		-1.537,2		-35,2%
II.3.19.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	3,2	0,0	3,4	3,4	-		0,2		7,1%
II.3.19.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	0,0	-		0,0		-
II.3.19.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-		0,0		-
II.3.19.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	23,1	0,0	21,4	21,4	-		-1,8		-7,6%
II.3.19.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-9,4	-2,9	6,6	-69,7%		-2,9		-
II.3.19.19 Proagro	73,9	150,0	0,0	-150,0	-100,0%		-73,9		-100,0%
II.3.19.20 PNAFE	0,0	0,0	-1,3	-1,3	-		-1,3		-
II.3.19.21 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-		0,0		-
II.3.20 Transferências ANA	11,0	39,4	19,0	-20,4	-51,8%		8,0		72,6%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	15,4	111,9	0,0	-111,9	-100,0%		-15,4		-100,0%
II.3.22 Impacto Primário do FIES	975,8	1.998,4	279,7	-1.718,7	-86,0%		-696,1		-71,3%
II.3.23 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-		0,0		-
II.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	12.189,9	40.757,8	13.668,8	-27.088,9	-66,5%		1.479,0		12,1%
Memorando:									
III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (I+II)	117.211,2	162.879,6	122.875,4	-40.004,2	-24,6%		5.664,2		4,8%
IV. DESPESAS NÃO INCLuíDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)	21.585,9	28.475,7	23.231,6	-5.244,1	-18,4%		1.645,8		7,6%
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	21.414,2	26.219,6	23.202,4	-3.017,2	-11,5%		1.788,2		8,4%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	15.252,6	21.719,3	16.290,0	-5.429,4	-25,0%		1.037,4		6,8%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	934,2	964,8	981,4	16,6	1,7%		47,2		5,1%
IV.1.3 Compensações Financeiras	1.025,8	1.368,4	1.326,6	-41,8	-3,1%		300,8		29,3%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	433,5	0,0	424,7	424,7	-		-8,8		-2,0%
IV.1.5 Demais	3.768,0	2.167,0	4.179,7	2.012,7	92,9%		411,6		10,9%
IOF Ouro	1,7	1,7	1,5	-0,2	-13,4%		-0,2		-13,0%
ITR	73,3	112,3	79,0	-33,3	-29,6%		5,7		7,8%
FUNDEB (Complem. União)	2.615,0	889,8	2.915,9	2.026,1	227,7%		300,9		11,5%
Fundo Constitucional DF - FCDF	1.078,0	1.163,2	1.183,3	20,1	1,7%		105,2		9,8%
FCDF - OCC	90,3	139,3	106,7	-32,6	-23,4%		16,4		18,2%
FCDF - Pessoal	987,7	1.023,9	1.076,6	52,7	5,1%		88,8		9,0%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	151,2	161,8	18,4	-143,4	-88,7%		-132,9		-87,9%
d/q Impacto Primário do FIES	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0%		0,0		-100,0%
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	13,6	21,7	3,1	-18,6	-85,7%		-10,5		-77,3%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	12,6	12,4	3,0	-9,4	-75,6%		-9,6		-75,9%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	1,0	9,3	0,1	-9,2	-99,3%		-1,0		-93,4%
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	6,8	2.072,6	7,8	-2.064,9	-99,6%		0,9		13,6%
V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	95.625,3	134.403,8	99.643,7	-34.760,1	-25,9%		4.018,4		4,2%

Tabela 9.3. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2017/2018		Variação (%)		Variação (%)	
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/18 Dez/18	Jan/18 Dez/18	Jan/18 Jan/17	Jan/18 Jan/17
I. DESPESA TOTAL	117.211,2	162.879,6	122.860,9	-40.018,7	-24,6%	5.649,7	4,8%
I.1 Poder Executivo	112.280,3	155.943,4	117.415,0	-38.528,3	-24,7%	5.134,7	4,6%
I.2 Poder Legislativo	899,9	1.291,4	934,0	-357,4	-27,7%	34,2	3,8%
I.2.1 Câmara dos Deputados	430,1	666,5	454,6	-211,9	-31,8%	24,5	5,7%
I.2.2 Senado Federal	309,9	466,8	318,3	-148,4	-31,8%	8,5	2,7%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	159,9	158,1	161,1	3,0	1,9%	1,2	0,7%
I.3 Poder Judiciário	3.419,5	4.669,1	3.847,8	-821,2	-17,6%	428,3	12,5%
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	48,3	66,7	52,1	-14,7	-22,0%	3,8	7,8%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	109,0	149,9	122,4	-27,5	-18,4%	13,4	12,3%
I.3.3 Justiça Federal	984,3	1.136,6	1.066,7	-69,9	-6,2%	-	8,4%
I.3.4 Justiça Militar da União	32,8	54,3	33,5	-20,8	-38,3%	0,7	2,1%
I.3.5 Justiça Eleitoral	547,2	841,0	588,1	-252,9	-30,1%	40,9	7,5%
I.3.6 Justiça do Trabalho	1.458,8	2.083,4	1.729,5	-353,9	-17,0%	270,6	18,6%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	230,0	321,0	245,1	-75,9	-23,6%	15,1	6,6%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	9,2	16,3	10,6	-5,7	-34,8%	1,4	15,5%
I.4. Defensoria Pública da União	50,3	41,7	53,5	11,8	28,3%	3,2	6,3%
I.5 Ministério Público da União	561,2	934,1	610,6	-323,5	-34,6%	49,4	8,8%
I.5.1 Ministério Público da União	556,4	922,4	605,5	-317,0	-34,4%	49,1	8,8%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	4,8	11,7	5,1	-6,5	-56,2%	0,3	6,4%
Memorando:							
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	95.625,3	134.403,8	99.629,3	-34.774,6	-25,9%	4.004,0	4,2%
II.1 Poder Executivo	90.722,4	127.491,9	94.187,0	-33.304,9	-26,1%	3.464,6	3,8%
II.2 Poder Legislativo	894,7	1.291,4	934,0	-357,3	-27,7%	39,3	4,4%
II.2.1 Câmara dos Deputados	425,0	666,5	454,6	-211,9	-31,8%	29,7	7,0%
II.2.2 Senado Federal	309,9	466,8	318,3	-148,4	-31,8%	8,5	2,7%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	159,9	158,1	161,1	3,0	1,9%	1,2	0,7%
II.3 Poder Judiciário	3.396,7	4.644,8	3.844,2	-800,6	-17,2%	447,5	13,2%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	48,3	66,7	52,1	-14,7	-22,0%	3,8	7,9%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	108,9	149,1	0,0	-149,1	-100,0%	-108,9	-100,0%
II.3.3 Justiça Federal	982,8	1.136,5	1.066,7	-69,8	-6,1%	83,9	8,5%
II.3.4 Justiça Militar da União	32,8	54,2	0,0	-54,2	-100,0%	-32,8	-100,0%
II.3.5 Justiça Eleitoral	532,9	819,2	585,0	-234,2	-28,6%	52,0	9,8%
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.452,0	2.081,8	1.729,4	-352,4	-16,9%	277,4	19,1%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	229,8	320,9	245,1	-75,8	-23,6%	15,2	6,6%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	9,2	16,3	10,6	-5,7	-34,8%	1,4	15,5%
II.4. Defensoria Pública da União	50,3	41,7	53,5	11,8	28,3%	3,2	6,3%
II.5 Ministério Público da União	561,2	934,1	610,6	-323,5	-34,6%	49,4	8,8%
II.5.1 Ministério Público da União	556,4	922,4	605,5	-317,0	-34,4%	49,1	8,8%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	4,8	11,7	5,1	-6,5	-56,2%	0,3	6,4%

Boletim

FPM / FPE / IPI-Exportação

Em janeiro de 2018 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram decréscimo de -28,6% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 12,6 bilhões, ante R\$ 17,7 bilhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza na internet os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>, e em 2-Liberações clique no link “Banco do Brasil”.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Milhões

Origens	2017			2018			Variação Nominal		
	Dezembro/16	Janeiro	Até Janeiro	Dezembro/17	Janeiro	Até Janeiro	Jan/18 Dez/17	Jan/18 Jan/17	Até Jan/18 Jan/17
FPM	15.083,6	6.094,9	6.094,9	10.947,7	6.463,5	6.463,5	-41,0%	6,0%	6,0%
FPE	10.550,4	5.823,3	5.823,3	6.757,0	6.176,2	6.176,2	-8,6%	6,1%	6,1%
IPI - Exp	330,0	283,9	283,9	446,1	392,2	392,2	-12,1%	38,2%	38,2%

Obs.: valores já descontados da parcela referente ao Fundeb (20%). Os valores de dezembro incluem o FPM 1%

Obs 2.: Na variação do FPM de janeiro sobre o mês anterior, foram considerados para o mês de dezembro o repasse ordinário somado ao FPM 1% - EC55/2007

Previsto X Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Janeiro	-10,5%	-8,6%	-10,5%	-8,6%	-21,4%	-12,1%

Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior .

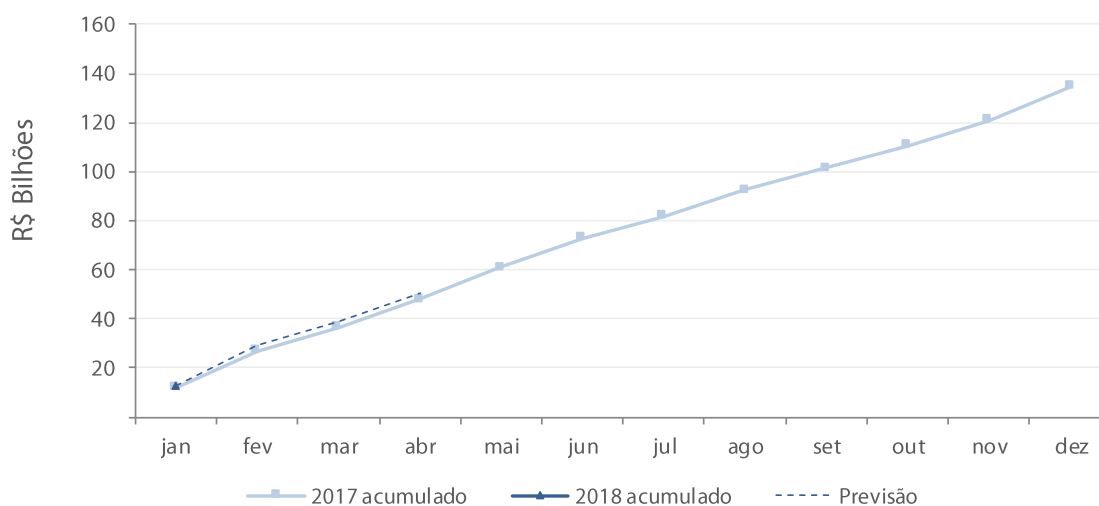
Estimativa Trimestral

FUNDOS	Fevereiro	Março	Abril
FPM	28,3%	-39,0%	20,0%
FPE	28,3%	-39,0%	20,0%
IPI - EXP	-2,8%	-17,0%	8,0%

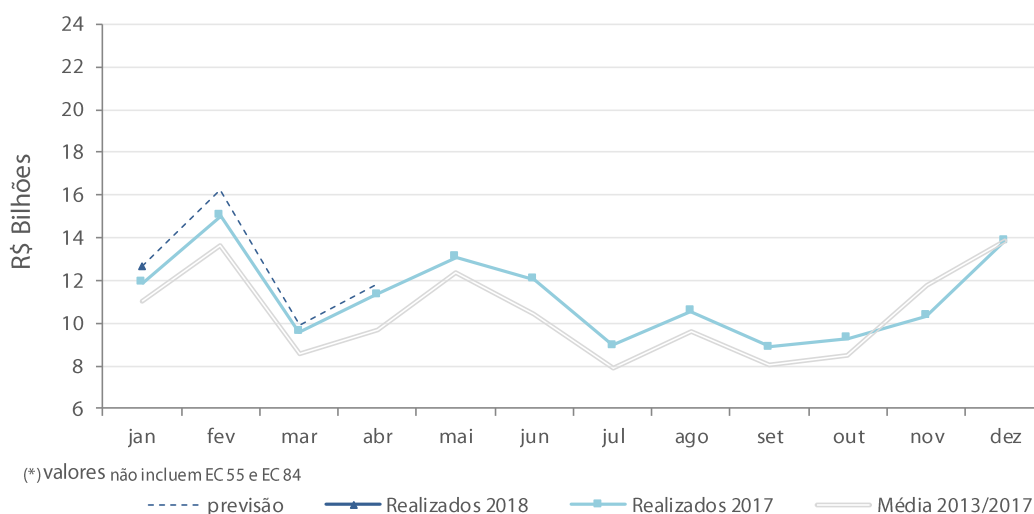
Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior

Gráficos

Valores Acumulados (FPM e FPE)



Sazonalidade Anual (FPM e FPE)



(*) valores não incluem EC 55 e EC 84

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/12/2017 a 20/01/2018, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida - R\$ Milhões			Data do Crédito	Transferências - R\$ Milhões			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-Exp	TOTAL
DEZ/3º DEC	3.246,7	11.333,5	14.580,2	JAN/1º DEC	2.507,8	2.624,4	259,7	5.392,0
JAN/1º DEC	1.103,6	5.462,1	6.565,7	JAN/2º DEC	1.129,3	1.181,8	88,3	2.399,4
JAN/2º DEC	552,4	14.210,2	14.762,6	JAN/3º DEC	2.539,2	2.657,3	44,2	5.240,6
TOTAL	4.902,6	31.005,8	35.908,4	TOTAL	6.176,2	6.463,5	392,2	13.032,0

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

Distribuição de Fundos

R\$ Mil				
ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPI-Exp
Acre	AC	34.737,7	211.289,4	29,5
Alagoas	AL	146.912,1	256.938,1	882,1
Amazonas	AM	104.626,4	172.342,0	1.832,5
Amapá	AP	25.596,3	210.733,6	639,0
Bahia	BA	594.169,7	580.332,6	16.856,8
Ceará	CE	321.596,6	453.145,1	3.702,3
Distrito Federal	DF	11.139,2	42.628,5	500,4
Espírito Santo	ES	115.506,9	92.643,7	15.886,0
Goiás	GO	237.248,8	175.596,9	9.204,0
Maranhão	MA	271.869,6	445.813,9	4.525,9
Minas Gerais	MG	849.011,3	275.120,9	48.711,2
Mato Grosso do Sul	MS	94.914,4	82.267,6	7.150,6
Mato Grosso do Sul	MT	118.044,7	142.541,6	5.476,9
Pará	PA	227.268,3	377.492,2	23.507,5
Paraíba	PB	203.101,3	295.774,3	336,3
Pernambuco	PE	318.269,6	426.173,4	5.525,4
Piauí	PI	171.975,6	266.900,4	103,8
Paraná	PR	436.815,1	178.073,6	37.208,4
Rio de Janeiro	RJ	190.351,0	94.354,5	70.246,5
Rio Grande do Norte	RN	160.285,7	258.037,4	338,5
Rondônia	RO	57.277,4	173.898,4	1.162,0
Roraima	RR	32.600,4	153.214,2	17,3
Rio Grande do Sul	RS	437.368,0	145.438,3	35.886,3
Santa Catarina	SC	252.239,4	79.043,6	23.416,7
Sergipe	SE	96.757,8	256.641,6	253,4
São Paulo	SP	861.707,0	61.762,5	78.441,8
Tocantins	TO	92.124,4	268.049,1	367,9
TOTAL		6.463.514,8	6.176.247,4	392.208,9

Obs.: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 2017, foi publicada a Portaria STN nº 999, de 29 de novembro de 2017, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2018, disponível no endereço:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

Coordenação-Geral de Análise, Informações e Execução das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT
Gerência de Relacionamento e Divulgação de Dados de Estados e Municípios—GERED

Fones: (61) 3412-3051, (61) 3412-1588

Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br